 <b>INTIMAÇÃO DE COMPARECIMENTO</b>			
<b>Órgão responsável</b> <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM <input type="checkbox"/> SUFIS <input type="checkbox"/> SUPPRI <input checked="" type="checkbox"/> SUPRAM <input type="checkbox"/> PMMG			
Auto de Fiscalização nº: .....		Local: <u>JOAÍMA</u>	
Boletim de Ocorrência nº: .....		Data: <u>05.03.2018</u>	
Nome do Intimado/Empreendimento: <u>SA LUTZ VIANA</u>			
<input type="checkbox"/> CPF <input type="checkbox"/> CNPJ		Outros Dados <input type="checkbox"/> RG <input type="checkbox"/> Nome da Mãe <input type="checkbox"/> Data de Nascimento <input type="checkbox"/> Outros	
Endereço do Intimado/Empreendimento (correspondência): <u>FAZENDA PIABANHA</u>			
Complemento:		Bairro: <u>ZONA RURAL</u>	Cidade/UF: <u>JOAÍMA/M.G.</u>
Cep: <u>39.890-000</u>	Cx. Postal:	Telefone:	E-mail:
Fica V.Sa. (acima identificada) intimada a comparecer à <u>Polícia Militar</u> no seguinte endereço: <u>RUA RAMIRO JOSÉ BOTELHO, 60 - BAIRRO ALVORADA - JEQUITINHONHA/M.G. FIM DE PRESTAR ESCLARECIMENTOS ACERCA DE DESMATES EM SUA PROPRIEDADE, FAZENDA PIABANHA. DATA DE COMPARECIMENTO - 18.03.18 ÀS 14:00 HS.</u>			
Local:		Data: <u>05.03.18</u>	
Agente fiscalizador (nome legível): <u>ANTONIO MARCO F. DE JESUS</u>	Masp/Registro: <u>119.356-4</u>	Assinatura do Agente: <u>[Assinatura]</u>	
Nome completo do Recebedor (legível): <u>HELIO RIBEIRO DOS SANTOS</u>	Função/vínculo: <u>VAZQUEIRO</u>	Assinatura do Recebedor: <u>Helio Ribeiro dos Santos</u>	

TELEFONE P/ CONTATO

3741.1468 - LIGAR ÀS 07:00 OU 19:00





## BOLETIM DE OCORRÊNCIA

BO NÚMERO

M5018-2018-00200212

Fl. 1/6

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO REGISTRO 1 GP/4 PEL PM MAMB/15 CIA PM IND MAT		MUNICÍPIO JEQUITINHONHA	
UNIDADE DE ÁREA RESPONSÁVEL UNIDADE MILITAR: 1 PEL/233 CIA PM/44 BPM/15 RPM UNIDADE POLICIAL: DELEGACIA DE POLICIA CIVIL/JEQUITINHONHA			
DATA DO REGISTRO 20/03/2018 13:50		DESTINATÁRIO NÚCLEO DE AUTO DE INFRAÇÃO - SUPRAM JEQUITINHONHA	
ORIGEM DA COMUNICAÇÃO			
COMO FOI SOLICITADO O ATENDIMENTO DA OCORRÊNCIA DEPAROU COM A OCORRENCIA (INICIATIVA)		DATA DA COMUNICAÇÃO 05/03/2018	HORA DA COMUNICAÇÃO 13:50
DADOS DA OCORRÊNCIA / ATIVIDADE			
PROVÁVEL DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA PRINCIPAL N32301 - EXPLORA FLORESTA VEG ESPECIES AREA COMUNS S/AUT			
ALVO DO EVENTO CAMPO / PASTO		TENTADO / CONSUMADO CONSUMADO	
DATA/HORA DO FATO 05/03/2018 13:00	DATA/HORA DO INÍCIO DO ATENDIMENTO NO LOCAL 05/03/2018 13:50	DATA/HORA FINAL DO ATENDIMENTO 20/03/2018 22:00	DATA/HORA FINAL DO PREENCHIMENTO 20/03/2018 22:17
DESCRIÇÃO DO LUGAR FAZENDA		COMPL. DE LOCAL MEDIATO FAZENDA	
LOCAL (AV., RUA, ETC) FAZENDA PIABANHA			
NÚMERO S/N	KM XXXX	COMPLEMENTO CGO PIABANHA	BAIRRO/VILA ZONA RURAL
MUNICÍPIO JOAÍMA		UF MG	PAÍS BRASIL
PONTO DE REFERÊNCIA XXXX		LATITUDE -16° 48' 34,7"	LONGITUDE -40° 58' 43,21"
TIPO VIA XXXX			
QUALIFICAÇÃO DOS ENVOLVIDOS			
ENVOLVIDO 1			
SEXO MASCULINO	TIPO ENVOLVIMENTO AUTOR	TIPO DE PESSOA FÍSICA	COD. NATUREZA N32301
TENTADO / CONSUMADO CONSUMADO			
DESCRIÇÃO NATUREZA EXPLORA FLORESTA VEG ESPECIES AREA COMUNS S/AUT			
NOME COMPLETO LUTZ VIANA RODRIGUES JUNIOR			
NACIONALIDADE BRASILEIRA	DATA NASCIMENTO 29/01/1959	NATURALIDADE / UF NANUQUE / MG	
IDADE APARENTE 59	GRAU DA LESÃO SEM LESÕES APARENTES	ESTADO CIVIL CASADO	
ORIENTAÇÃO SEXUAL IGNORADO	IDENTIDADE DE GÊNERO NÃO SE APLICA		
CUTIS BRANCA	OCUPAÇÃO ATUAL EMPRESÁRIO		
MÃE MARIA AUXILIADORA FRANCO RODRIGUES			
PAI LUTZ VIANA RODRIGUES			
TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL			
NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE 529149	ÓRGÃO EXPEDIDOR SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA	UF MG	CPF / CNPJ 34814396600
ESCOLARIDADE ALFABETIZADO			
ENDEREÇO (AV., RUA, ETC) RUA LOMANTO JUNIOR	NÚMERO 0	KM XXXXX	COMPLEMENTO XXXX
BAIRRO CENTRO	MUNICÍPIO IBIRAPUA	UF BA	
PAÍS BRASIL	CEP XXXX	TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR XXXX	TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR XXXX
PRISÃO / APREENSÃO SEM PRISÃO		HOUVE USO DE ALGEMAS / IMOBILIZAÇÃO DE ENVOLVIDOS ? NÃO	
ENVOLVIDO 2			
SEXO MASCULINO	TIPO ENVOLVIMENTO TESTEMUNHA QUE PRESENCIOU OS FATOS	TIPO DE PESSOA FÍSICA	COD. NATUREZA N32301
TENTADO / CONSUMADO CONSUMADO			
DESCRIÇÃO NATUREZA EXPLORA FLORESTA VEG ESPECIES AREA COMUNS S/AUT			
NOME COMPLETO ROMILDO MUNIZ PEREIRA			





## BOLETIM DE OCORRÊNCIA

BO NÚMERO

M5018-2018-00200212

Fl. 2/6

## ENVOLVIDO 2

NACIONALIDADE BRASILEIRA	DATA NASCIMENTO 03/05/1980	NATURALIDADE / UF JOAIMA / MG
IDADE APARENTE 37	ESTADO CIVIL CASADO	
ORIENTAÇÃO SEXUAL IGNORADO	IDENTIDADE DE GÊNERO NAO SE APLICA	
CUTIS BRANCA	OCUPAÇÃO ATUAL OPERADOR DE MÁQUINA	
MÃE MARIA IRIS MUNIZ PEREIRA		
PAI MODESTO PEREIRA DA SILVA		
TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL		
NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE 12078844	ÓRGÃO EXPEDIDOR SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	UF MG
CPF / CNPJ 04847230655		
ESCOLARIDADE ALFABETIZADO		
ENDEREÇO (AV., RUA, ETC) RUA FREDERICO FULGENCIO PEIXOTO	NÚMERO 14	KM XXXXX
COMPLEMENTO XXXX		
BAIRRO IPÊ	MUNICÍPIO JOAIMA	UF MG
PAÍS BRASIL	CEP XXXX	TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR XXXX
TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR XXXX		

## ENVOLVIDO 3

SEXO MASCULINO	TIPO ENVOLVIMENTO TESTEMUNHA QUE PRESENCIOU OS FATOS	TIPO DE PESSOA FISICA	COD. NATUREZA N32301	TENTADO / CONSUMADO CONSUMADO
DESCRIÇÃO NATUREZA EXPLORA FLORESTA VEG ESPECIES AREA COMUNS S/AUT				
NOME COMPLETO JIVANILDO ALVES CARDOSO				
NACIONALIDADE BRASILEIRA	DATA NASCIMENTO 03/11/1985	NATURALIDADE / UF PAVAO / MG		
IDADE APARENTE 32	ESTADO CIVIL SOLTEIRO			
ORIENTAÇÃO SEXUAL IGNORADO	IDENTIDADE DE GÊNERO NAO SE APLICA			
CUTIS BRANCA	OCUPAÇÃO ATUAL OPERADOR DE MÁQUINA			
MÃE MARIA NEUSA ALVES CARDOSO				
PAI JOSE DIAS CARDOSO				
TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL				
NÚMERO DOCUMENTO IDENTIDADE 15857785	ÓRGÃO EXPEDIDOR SESP - SECRETARIA ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	UF MG	CPF / CNPJ XXXX	
ESCOLARIDADE ALFABETIZADO				
ENDEREÇO (AV., RUA, ETC) RUA SANTA LUZIA	NÚMERO 52	KM XXXXX	COMPLEMENTO XXXX	
BAIRRO GETÚLIO VARGAS	MUNICÍPIO MANUQUE	UF MG		
PAÍS BRASIL	CEP XXXX	TELEFONE RESIDENCIAL/ CELULAR XXXX	TELEFONE COMERCIAL/ CELULAR XXXX	

## HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA / ATIVIDADE

NO DIA 05 DE MARÇO DE 2018, DURANTE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE JOAÍMA MG, DESLOCAMOS PARA FAZENDA PIABANHA, PROPRIEDADE DO SENHOR LUTZ VIANA RODRIGUES JUNIOR. NO LOCAL CONSTATAMOS QUE A PROPRIEDADE PASSA POR SERVIÇO DE REFORMA DE PASTAGEM, ENTRETANTO AO PERCORRER O PERÍMETRO, PERCEBEMOS QUE EM CINCO ÁREAS HOUVE DESMATE EM VEGETAÇÃO NATIVA, FLORESTA ESTACIONAL SEMIDECIDUAL EM ESTÁGIO INICIAL DE REGENERAÇÃO NATURAL DO BIOMA MATA ATLÂNTICA, TUDO EM ÁREA COMUM. SÃO AS SEGUINTE ÁREAS: ÁREA 01 (11,30 HECTARES NO ENTORNO DAS COORDENADAS GEOGRÁFICAS LATITUDE -16°47'57.10"S E LONGITUDE -40°58'29.86"O WGS 84); ÁREA 02 (3,14 HECTARES NO ENTORNO DAS COORDENADAS GEOGRÁFICAS LATITUDE -16°47'39.06"S E LONGITUDE -40°58'30.45"O WGS 84); ÁREA 03 (5,14 HECTARES NO ENTORNO DAS COORDENADAS GEOGRÁFICAS LATITUDE -16°47'37.20"S E LONGITUDE -40°58'14.30"O WGS 84); ÁREA 04 (1,33 HECTARES NO ENTORNO DAS COORDENADAS GEOGRÁFICAS LATITUDE -16°47'57.08"S E LONGITUDE -40°58'14.26"O WGS 84); ÁREA 05 (11,00 HECTARES NO ENTORNO DAS COORDENADAS GEOGRÁFICAS LATITUDE -16°47'59.31"S E LONGITUDE -40°58'1.61"O WGS 84). ÀS ÁREAS TOTALIZARAM 31,91 (TRINTA E UM VÍRGULA NOVENTA E UM HECTARES). NO LOCAL JÁ FOI PLANTADO CAPIM BRACHIARIA. O RENDIMENTO LENHOSO ENCONTRADO NO LOCAL FOI ESTIMADO EM 255,28 M³ (DUZENTOS E CINQUENTA E CINCO VÍRGULA VINTE E OITO METROS CÚBICOS) DE LENHA





BOLETIM DE OCORRÊNCIA

BO NÚMERO

M5018-2018-00200212

Fl. 3/6

## HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA / ATIVIDADE

NATIVA QUE FICOU DISPOSTA NAS BORDAS DAS ÁREAS. NESTA DATA, NA SEDE DO GP MAMB DE JEQUITINHONHA O SENHOR LUTZ VIANA RODRIGUES JUNIOR ALEGA QUE O OBJETIVO É APENAS RENOVAR ÁREAS DE PASTO E QUE A VEGETAÇÃO NOS LOCAIS CITADOS SE TRATAVA APENAS DE ESPÉCIES INVASORAS MOTIVO PELO QUAL NÃO BUSCOU LICENÇA JUNTO AO ÓRGÃO AMBIENTAL. DIANTE DOS FATOS FOI LAVRADO EM DESFAVOR DO SENHOR LUTZ VIANA RODRIGUES JUNIOR O AUTO DE INFRAÇÃO DO SISEMA NR 83188/2018, NO VALOR TOTAL DE 16.000 UFEMG (DEZESSEIS MIL UNIDADE FISCAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS), COM BASE NA LEI 20.922/13 E ARTIGO 112, ANEXO III, CÓDIGO 301, LETRA A, DO DECRETO 47.383/2018 PELA INFRAÇÃO PRATICADA. A LENHA FOI APREENDIDA E DEPOSITADA NA PROPRIEDADE SOB RESPONSABILIDADE DO AUTUADO. FICOU SUSPensa A ATIVIDADE FLORESTAL NAS ÁREAS AUTUADAS ATÉ QUE HAJA A DEVIDA REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL.

## Perícia Técnica

PERÍCIA TÉCNICA COMPARECEU?	PREFEITO DA VIATURA	PLACA DA VIATURA	PERITO (MATRÍCULA - NOME)
NAO	XXXX	XXXX	XXXX - XXXX
MOTIVO DO NÃO COMPARECIMENTO			

## VIATURAS

## VIATURA 1

TIPO DA VIATURA	ÓRGÃO
PRINCIPAL	POLÍCIA MILITAR
DESCRIÇÃO / OBSERVAÇÃO	
CAMIONETA -	

PLACA	PREFEITO / ÓRGÃO	REGISTRO GERAL	PREFEITO PADRÃO	PROBLEMAS DURANTE O ATENDIMENTO
HMH2406	PM	14093	14093	XXXX

## MILITARES/POLICIAIS INTEGRANTES

## MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE

NÚM VIATURA	MATRÍCULA	CARGO
1	1102060	2 SARGENTO

NOME COMPLETO  
ROSEMARQUES FIGUEIREDO SERTANEJO

CORPORACÃO  
POLÍCIA MILITAR

UNIDADE  
1 GP/4 PEL PM MAMB/15 CIA PM IND MAT

Hipotecado?  
NÃO

## MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE

NÚM VIATURA	MATRÍCULA	CARGO
1	1193564	3 SARGENTO

NOME COMPLETO  
ANTONIO MARCIO FRANCISCO DE JESUS

CORPORACÃO  
POLÍCIA MILITAR

UNIDADE  
1 GP/4 PEL PM MAMB/15 CIA PM IND MAT

Hipotecado?  
NÃO

## DADOS PARA CONTROLE INTERNO/RELATOR DA OCORRÊNCIA

UNIDADE	1 GP/4 PEL PM MAMB/15 CIA PM IND MAT
MATRÍCULA	NOME COMPLETO
1102060	ROSEMARQUES FIGUEIREDO SERTANEJO

CARGO  
2 SARGENTO

CORPORACÃO  
POLÍCIA MILITAR

ASSINATURA:  
duz259PM

RECIBO DA AUTORIDADE A QUE SE DESTINA OU SEU AGENTE / AUXILIAR POLICIAL  
OU RECIBO DO RESPONSÁVEL CIVIL

## DESTINATÁRIO / RECIBO 1

Recebi o "Boletim de Ocorrência" de Número BO M5018-2018-00200212 e Número de REDS 2018-012512902-001 para conhecimento e providências, bem como as pessoas, materiais, objetos, animais, substâncias e/ ou documentos que, existindo, estejam descritos ou assinalados neste documento.

DATA	HORA	MATRÍCULA	NOME
XXXXX	XXXXX	XXXX	XXXX

CARGO  
XXXX

RECIBO PENDENTE:

ÓRGÃO/UF  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA

Ocorrência exportada por expiração do prazo para recibo eletrônico





BOLETIM DE OCORRÊNCIA

BO NÚMERO

M5018-2018-00200212

Fl. 4/6

UNIDADE

NÚCLEO DE AUTO DE INFRAÇÃO - SUPRAM JEQUITINHONHA

PROVIDÊNCIA A SER TOMADA PELA AUTORIDADE

XXXX

ITENS ENTREGUES A ESTE DESTINATÁRIO

- MAT. OU PROD. AMBIENTAL 1

ASSINATURA

RECIBO GERADO POR:

PM1102060 - ROSEMARQUES FIGUEIREDO SERTANEJO

DATA DE CRIAÇÃO DO RECIBO:

20/03/2018 22:07

## ANEXO MEIO AMBIENTE

NOME DO LOCAL

FAZENDA PIABANHA, ZONA RURAL JOAÍMA MG

BACIA HIDROGRÁFICA

RIO JEQUITINHONHA

DESCRIÇÃO DA AÇÃO REPRESSIVA

XXXX

## MATERIAIS / PRODUTOS

## MATERIAL 1

ENVOLVIDO NR.

1

SITUAÇÃO

APREENDIDO

QUANTIDADE

255.28

UNIDADE P/V

METRO CUBICO

OBJETO

LENHA

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O MATERIAL LENHOSO FICOU APREENDIDO E DEPOSITADO NA PROPRIEDADE SOB A RESPONSABILIDADE DO AUTUADO.





BOLETIM DE OCORRÊNCIA

BO NÚMERO

M5018-2018-00200212

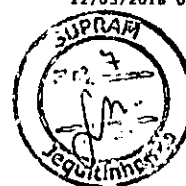
Fl. 5/6

FOTOS DE MEIO AMBIENTE

FOTO MEIO AMBIENTE 1



FOTO MEIO AMBIENTE 1





## FOTO MEIO AMBIENTE 1



\*\*\*\*\* FIM DOS ANEXOS: O RESTANTE DA PÁGINA DEVE SER INUTILIZADO. \*\*\*\*\*

\*\*\*\*\* FIM DO REGISTRO: O RESTANTE DA PÁGINA DEVE SER INUTILIZADO. \*\*\*\*\*







**ILMO (A) SR (A) ANALISTA AMBIENTAL DO NÚCLEO DE AUTOS  
DE INFRAÇÃO DO JEQUITINHONHA (NAI-JEQ)**

**Superintendência Regional de Regularização Ambiental  
(SUPRAM- JEQUITINHONHA)**

**Avenida da Saudade, nº 335, Centro  
Diamantina-MG  
CEP: 39.100-000**

*Nai-Jeq*

NÚCLEO REGIONAL DE FISCALIZAÇÃO JEQUITINHONHA-DIAMANTINA/MG	
Tipo de Doc.	<input checked="" type="checkbox"/> Entrada <input type="checkbox"/> Saída
Nº do Doc.	<u>831 / 18</u>
<u>12/04/18</u> Data	<u>Fernanda Bousa</u> Nome Legível do Responsável

**Auto de Infração n.º: 83188/2018**

**Boletim de Ocorrência : 200-212 de 20/03/2018**

**Autuado: Lutz Viana Rodrigues Junior**

**LUTZ VIANA RODRIGUES JUNIOR**, brasileiro, casado, produtor rural, inscrito no CPF sob o n. 348.143.966-00, portador do RG n. M - 529149, residente e domiciliado à Rua Fortaleza, nº572, Centro, Cep. 39.860-000, em Nanuque/MG, não se conformando, data vênia, com o auto de infração acima referido vem apresentar sua defesa administrativa, pelos motivos de fato e de direito que se seguem:

**1 – SÍNTESE DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA / AUTO DE  
INFRAÇÃO**

Em síntese, consta no Auto de Infração anexo, que no dia 20 de março de 2018, o Governo do Estado de Minas Gerais, Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos-SISEMA, por meio de seu representante legal na ocasião a Polícia Militar de Meio Ambiente, realizou uma fiscalização na zona rural do município de Joáima, mais precisamente na Fazenda Piabanha, para verificar suposta área desmatada.



*R. Viana*

Segundo se extrai do referido Auto de Infração, supostamente foi constatado pelos agentes fiscalizadores, que efetuaram fiscalização na Fazenda Piabanha, supressão de vegetação em 31,91 ha (trinta e um hectares e noventa e um ares), vegetação de espécie nativa em área comum, sem autorização do órgão ambiental.

Consta no Auto de Infração 83188/2018 no campo 6 descrição da infração, o que segue :

*“Desmatar 31,91 há (trinta e um vírgula noventa e um hectares) de vegetação de espécies nativas, em área comum, sem autorização do órgão ambiental”.*

Ainda no referido Auto de Infração no campo 14 Demais penalidades / Recomendações / Observações :

*“-Local da infração: Fazenda Piabanha-zona rural- Joáima/MG. Suspensão das atividades de flora. Apreensão de 255,28m<sup>3</sup> de lenha avaliada em R\$7.658,40 – vegetação em estágio inicial – valores em UFEMG conforme previsão do parágrafo 2º, art 112, do Dec. Nº47.383/2018”.*

Diante de tais alegações, fora aplicada ao ora recorrente um auto de infração do SISEMA na agenda verde IEF no valor total de 16.000 UFEMG, que correspondem a R\$52.022,40 (cinquenta e dois mil reais e quarenta centavos) em decorrência da suposta infração baseada na Lei 20.922/13 e Decreto 47.383/18, artigo 112, anexo III, código 301. Somando-se ainda o valor de R\$7.658,40 (sete mil seiscentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos), referente a apreensão de 255,28m<sup>3</sup> de lenha. Sendo assim, o total final de R\$59.680,80 (cinquenta e nove mil, seiscentos e oitenta reais e oitenta centavos).

## **2 – PRELIMINARMENTE**

### **2.1- DA NULIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO**

Preliminarmente, é válido destacar que, quando da elaboração do Auto de Infração em destaque, não houve perícia com vistoria “in loco” da área sinistrada, a fim de obter melhores conclusões acerca dos fatos, tais como classificação da fitofisionomia de área e estágio sucessional, do quantitativo do produto da flora e de supostos danos causados ao Meio Ambiente e a terceiros. O fato é que tal perícia jamais fora realizada porque não quis ou não soube fazê-la o agente responsável pelo mencionado Auto de Infração.



*Reflexo*

Sendo assim, as falhas técnicas e a exclusão de dados essenciais, inviabilizaram uma análise coerente e clara da ocorrência, ocasionando contradições e erros grosseiros, por isso, data vênia, temos que o presente Auto de Infração são absolutamente irregulares e insubsistentes, e como tais devem ser tratados, declarando-se as suas nulidades e, conseqüentemente, os seus arquivamentos, o que desde já fica requerido.

### 3 – DO MÉRITO

Adentrando-nos à origem do Auto de Infração ora combatido, infere-se, sem qualquer resquício de dúvidas, que o mesmo adveio de situação fática insólita, sem elementos concretos e seguros, gerados por mera presunção.

Dai, não se admitindo no Direito o campo perigoso das suposições, sem elementos seguros, data vênia, o respectivo Auto de Infração deve ser considerado nulo, eis que insubsistente, irregular e desprovido dos requisitos da liquidez e certeza, sem concatenar os dispositivos “tidos” como infringidos diante das “supostas” ilegalidades cometidas pelo ora recorrente.

Conforme veremos adiante, *in casu*, resta sobejamente demonstrado que fatos essenciais e de grande relevância não foram observados com a necessária imparcialidade e não menos desejável prudência, o que por si só, constitui causa de nulidade da penalidade ora questionada, senão vejamos:

#### 3.1 – Da inexistência de infração a legislação ambiental – ausência de desmate ilegal

Conforme já destacado, o Requerente foi autuado, por supostamente desmatar, danificar ou provocar a morte de florestas e demais formas de vegetação de espécies nativa, em áreas comuns, sem licença ou autorização do órgão ambiental”.

Ocorre que, na propriedade ora Autuada, a única intervenção ocorrida foi para limpeza e roçada, nos termos da Resolução Conjunta Semad/IEF 1.905/2013. Neste caso específico o art. 19 da referida resolução, dispensa autorização para a mencionada intervenção. Vale transcrever o dispositivo:



*R. Santos*

*Art. 19 - São dispensadas de autorização, em razão do baixo impacto ambiental, as seguintes intervenções:*

*I - Os aceiros para prevenção de incêndios florestais, quando não existir potencial comercial de produção volumétrica de material lenhoso.*

*II - A extração de lenha em regime individual ou familiar para o consumo doméstico.*

***III - A limpeza de área ou roçada.***

*IV - A construção de barragens de retenção de águas pluviais para controle da erosão, melhoria da infiltração das águas no solo, abastecimento humano e dessedentação de animais em áreas de pastagem, desde que não esteja situada em área especialmente protegida e nem impliquem em supressão de vegetação nativa.*

*V - O aproveitamento de árvores mortas, decorrentes de processos naturais, para utilização no próprio imóvel.*

*VI - A realização de podas, que não acarretem a morte do indivíduo, bem como a realização de picadas, destinadas à manutenção de estradas e à realização de levantamentos científicos e topográficos.*

*VII - A instalação e manutenção de acessos em áreas de preservação permanente para captação de água e lançamento de efluentes tratados que não impliquem na supressão de vegetação nativa, desde que a utilização dos recursos hídricos esteja devidamente regularizada.*

*VIII - A instalação em áreas de preservação permanente de sistemas de dissipadores de energia para lançamento de água pluvial, adutoras de água, coletores, interceptores, emissários e elevatórias de esgoto doméstico que não impliquem na supressão de vegetação nativa, desde que a utilização dos recursos hídricos esteja devidamente regularizada.*

*IX - A coleta de folhas, flores, frutos, sementes, partes de plantas, arbóreas ou não, e demais produtos não madeireiros, ressalvados os casos em que haja proteção legal da espécie, desde que cumpram as práticas descritas nos termos de referencia a serem disponibilizados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad.*

*X - A realização temporária de sondagem geotécnica e a caracterização do solo em áreas de preservação permanente, sem supressão de vegetação nativa, para obras essenciais de infraestrutura destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento, abastecimento público, energia, contenção de enchentes e encostas.*



*R. Soares*

*XI - A recuperação de áreas degradadas e o plantio de espécies nativas com a finalidade de promover a recuperação de APP, respeitadas as obrigações anteriormente acordadas, se existentes, e as normas e requisitos técnicos aplicáveis.*

Desta forma, deveria o agente fiscalizador, comprovar que a suposta intervenção relatada no AI ocorreu no limite superior ao estabelecido naquela portaria, o que desde já se rechaça.

Ademais o próprio agente relata que a vegetação é formada por “vegetação em estágio inicial”, o que urge declinar que tal vegetação tem possibilidade de ser formada por área antropizada composta por pastagem com capoeira ou vulgarmente denominada de “pastagem suja”, com baixo rendimento lenhoso e passível de intervenção sem autorização de órgão ambiental competente conforme a Resolução Conjunta SEMAD/IEF 1.905/2013.

Nos mesmos termos é a Lei 20.922/2013, uma vez que tratava-se de limpeza de área ou roçada, o que pode ser comprovado por imagens de satélite das vegetações remanescentes.

Vale citar o art. 65 da referida Lei:

*Art. 65. Ficam dispensadas de autorização do órgão ambiental as seguintes intervenções sobre a cobertura vegetal:*

*[...]*

*III - a limpeza de área ou roçada, conforme regulamento;*

### **3.2 – Das propostas de medidas mitigadoras do impacto ambiental de compensação dos valores arbitrados em benefícios ao meio ambiente no território do Estado**

Em matéria ambiental, fixa-se que o espírito da lei traduz antes da ideia de punição/repressão, o objetivo de preservação e conscientização da sociedade acerca da defesa do meio ambiente equilibrado. Neste sentido, a intenção mais do que punir de forma objetiva, é que a punição perpassasse por implementação de melhorias ao meio ambiente.

Assim, em remota hipótese de não ser acatada a presente defesa, o que se admite apenas a título de argumentação, frisa-se a possibilidade de

determinação da inexigibilidade da multa mediante assinatura de Termo de Compromisso, pelo qual o autuado, desde já, compromete-se, a realizar a compensação florestal.

Tal possibilidade encontra guarida nos termos dos arts 114 e 115, do Decreto 47.383/2018, *in verbis*:

*Art. 114. A autoridade competente poderá converter o valor da multa simples aplicada em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, através de celebração do Termo de Compromisso para Conversão de Multa - TCCM -, a requerimento do interessado, devendo ser apresentado quando da interposição de defesa administrativa.*

*§ 1º Por ocasião do julgamento da defesa, a autoridade competente deverá, em uma única decisão, julgar o auto de infração e o pedido de conversão da multa.*

*§ 2º A conversão prevista no caput deve ser homologada pelo Copam.*

*Art. 115. São considerados serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, as ações, as atividades e as obras incluídas em projetos com, no mínimo, um dos seguintes objetivos:*

*I - recuperação:*

*a) de áreas degradadas para conservação da biodiversidade e conservação e melhoria da qualidade do meio ambiente;*

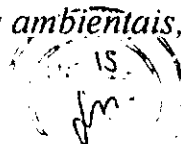
*b) de processos ecológicos essenciais;*

*c) de vegetação nativa para proteção;*

*d) de áreas de recarga de aquíferos;*

*II - proteção e manejo de espécies da flora nativa e da fauna silvestre;*

*III - monitoramento da qualidade do meio ambiente e desenvolvimento de indicadores ambientais;*



*IV - mitigação ou adaptação às mudanças do clima;*

*V - manutenção de espaços públicos que tenham como objetivo a conservação, a proteção e a recuperação de espécies da flora nativa ou da fauna silvestre e de áreas verdes urbanas destinadas à proteção dos recursos hídricos;*

*VI - educação ambiental;*

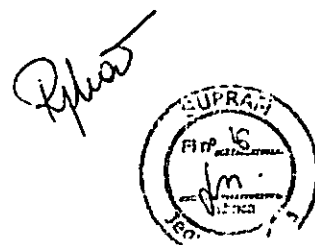
*VII - promoção da regularização fundiária de unidades de conservação.*

*§ 1º - Na hipótese dos serviços a serem executados demandarem recuperação da vegetação nativa em imóvel rural, as áreas beneficiadas com a prestação de serviço objeto da conversão deverão estar inscritas no Cadastro Ambiental Rural - CAR.*

Ao confirmar tal pretensão, estar-se-ia concedendo a possibilidade ao Requerente para reparar o eventual dano ambiental que tenha cometido, mesmo que de forma indireta, o que se amolda às exigências da legislação afeta à defesa do meio ambiente.

Assim, como defesa indireta, requer que seja considerada a possibilidade de firmamento de *Termo de Compromisso para Conversão de Multa* para fins de suspensão da sanção pecuniária aplicada e ao final sua compensação, nos lindes da proposta de aumento de área de Reserva Florestal Legal ou promoção da regularização fundiária de unidades de conservação.

Ante ao exposto, requer, *ad cautelam*, a possibilidade de firmamento de termo de compromisso bem como consideração da proposta de aumento da Reserva Florestal Legal da propriedade rural ou promoção da regularização fundiária de unidades de conservação, para fins de suspensão e compensação da integralidade da sanção pecuniária efetivamente aplicada após consideração das teses de defesa já apresentadas nessa peça contestatória.



#### 4- DA CONCLUSÃO E PEDIDOS

Diante o exposto, espera e requer seja acolhida a presente defesa, acatando-se a preliminar de nulidade suscitada, com fim cancelar e arquivar o Auto de Infração ora combatido e, se caso ao mérito chegarmos, que seja revisto os critérios de aplicação da multa imposta ao recorrente, obedecendo-se o que determina a legislação aplicável à espécie, aplicando-se uma multa minorada, nos exatos termos do Decreto 47.383 de 2018.

Termos em que  
Pede deferimento.

Jequitinhonha, 09 de abril de 2018.



**LUTZ VIANA RODRIGUES JUNIOR**

CPF sob o n. 348.143.966-00

Representante legal que assina: **RENATA FERNANDES MOURÃO**


CPF: 092.802.596-95

Relação de Documentos anexos à presente defesa:

- 1 - Cópia do Auto de Infração Nº 83188/2018
- 2 – Cópia de um documento de identidade
- 3 - Cópia de comprovante de endereço
- 4 – Procuração
- 5- Cópia de documento de identidade da procuradora
- 5- Cadastro Ambiental Rural ( CAR )





 <p>GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SISEMA Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH</p>	<p>1. AUTO DE INFRAÇÃO: Nº 83188/2018</p> <p>Lavrado em Substituição ao AI nº: 1</p> <p>Vinculado ao: <input checked="" type="checkbox"/> Auto de Fiscalização nº de 1/03/2018 <input checked="" type="checkbox"/> Boletim de Ocorrência nº: 200.212 de 20/03/2018</p>	
	<p>2. Auto de Infração possui folha de continuação? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO</p>	
<p>3. Órgão Responsável pela lavratura:</p> <p><input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IGAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> SGRAI <input type="checkbox"/> SUCFIS <input checked="" type="checkbox"/> PMMG</p>		
<p>Local: JEQUITINHONA</p> <p>Dia: 20 MARÇO 2018 Hora: 08:25</p>		
4. Autuado	Nome do Autuado/ Empreendimento: LUTZ VIANA RODRIGUES JUNIOR	
	Data Nascimento: 29.01.1959	Nome da Mãe: MARIA AUXILIADORA FRANCA RODRIGUES
	CPF: 348.143.966-00	Outros: RG-M-529149 SSPMG.
	Endereço do Autuado / Empreendimento: (Correspondência) RUA AMANTO JUNIOR	
	Bairro/Logradouro: CENTRO Município: J. RAYUO UF: B.A.	
CEP: 45.940-000 Cx Postal: Fone: 933011-0800 E-mail:		
5. Outros Envolvidos/ Responsáveis	Nome do 1º envolvido: <input type="checkbox"/> CPF: <input type="checkbox"/> CNPJ: Vínculo com o AI Nº:	
	Nome do 2º envolvido: <input type="checkbox"/> CPF: <input type="checkbox"/> CNPJ: Vínculo com o AI Nº:	
6. Descrição Infração	DESMATAR 31,91 HA (TRINTA E UM VIRGULA NOVENTA E UM HECTARES) DE VEGETAÇÃO DE ESPÉCIES NATIVAS, EM ÁREA CAMUM, SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL.	
7. Coordenadas da Infração	Geográficas: DATUM: <input checked="" type="checkbox"/> WGS 84 <input type="checkbox"/> SIRGAS 2000	Latitude: Grau 16 Min 47 Seg 57,2
	Planas: UTM FUSO 22 23 24 X= (6 dígitos) Y= (7 dígitos)	Longitude: Grau 40 Min 58 Seg 14,3
8. Embasamento legal	Artigo 112 Anexo 111 Código 301 Inciso A	Decreto/ano 47.383/18 Lei/ano 20922/18 Resolução DN Port. Nº Órgão
9. Atenuantes /Agravantes	Atenuantes	
	Agravantes	
10. Reincidência	<input type="checkbox"/> Genérica <input type="checkbox"/> Específica <input checked="" type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input type="checkbox"/> Não se aplica	
11. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP	Infração 01	Porte
	Penalidade <input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária	
	Valor 16.000 UFEMG	Valor Total 16.000 UFEMG
	ERP: Kg de pescado: Valor ERP por Kg: R\$ Total: R\$	
	Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$ ( )	
Valor total das multas: 16.000 UFEMG (DEZESSEIS MIL UFEMG).		
No caso de advertência, o autuado possui o prazo de..... dias para atender as recomendações constantes no campo 12, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$ ( )		
12. Demais penalidades/ Recomendações/ Observações	LOCAL DA INFRAÇÃO: FAZENDA PIABANHA - ZONA RURAL - TOAIMA/MG. - SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES DE FLORA. APREENSÃO DE 255,28 M³ DE LENHA AVALIADA EM R\$ 7.653,40. - VEGETAÇÃO EM ESTÁGIO INICIAL. - VALORES EM UFEMG CONFORME PREVISÃO DO PARÁGRAFO 2º, ART. 112, DO DEC. Nº 47.383/2018	
13. Depositário	Nome Completo: <input type="checkbox"/> CPF: <input type="checkbox"/> CNPJ: <input type="checkbox"/> RG:	
	Endereço: Rua, Avenida, etc. Nº/km: Bairro/Logradouro: Município:	
UF: CEP: Fone: Assinatura:		
O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 20 (VINTE) DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA NA, NO SEGUINTE ENDEREÇO: AV. DA SAUDADE, 335 - CENTRO - J. AMANTO - JEQUITINHONA - TOAIMA/MG. CEP: 33.100-000		
14. Assinaturas	01. Servidor: (Nome Legível) MASP: Assinatura do servidor:	
	02. Autuado/Representante Autuado: (Nome Legível) Função/Vínculo com Autuado: Assinatura do Autuado/Representante Legal	

(77) 999296969

área comum = 500 a 1500/ha 31,91 ha

16 mil UFEMG

↓  
1 UFEMG = 3,2514

UC = 2000 a 10.000/ha

↓  
R\$ 52.022,40  
7.658,40

luana.pinho@meisambiente.org.br  
↳ nome, CPF, nº inscricao

59.680,80

1.500,00 cobro

(73) 99147 9282

de o do email

59.72

Remanescente alterar classificação <sup>Como era vegetação? Terra??</sup>  
intermissão legal a 1/85/ha

PRAD trocar multa por benefício ambiental  
ou Aumentar reserva

Inclusive inventário florestal de nova área

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-529-149 DATA DE EXPEDIÇÃO 19/08/2010

NOME: LUTZ VIANA RODRIGUES JUNIOR

FILIAÇÃO: LUTZ VIANA RODRIGUES  
MARIA AUXILIADORA E RODRIGUES

NATURALIDADE: NANUQUE-MG DATA DE NASCIMENTO: 29/1/1959

DOC. ORIGEM CAS LV-2 PL-39

NANUQUE-MG

CP: 348143966-00

PLI-2141 LETICIA ALESS MACHADO ROGÉDO ASSINATURA DO DIRETOR 3 VIA

LEI N° 116 DE 29/08/83





Companhia de Saneamento de Minas Gerais  
Rua Mar de Espanha, 525 - Santo Antônio - Belo Horizonte - MG - CEP: 30.330-900  
CNPJ: 17.281.106/0001-03 - Inscrição Estadual: 062.000139.00-14

AGÊNCIA  
MAIS  
PRÓXIMA

AV. HILDEBRAND  
CENTRO

9-07/0110 35-1 3144.0053

Paga com a

COPASA

115

LUTZ VIANA RODRIGUES JUNIOR  
R. FORTALEZA, 572  
CENTRO  
NANUQUE

39.860.000  
MG

REFERÊNCIA DA FATURA				
Número	Data de Emissão	Data de Apresentação	Mês	Grupo

MATRÍCULA
0 000 830 371 1

QUANTIDADE DE UNIDADES ATENDIDAS				
SERVIÇO	Social	Residencial	Comercial	Industrial
Água		1		
Esgoto				

IDENTIFICADOR USUÁRIO
0 001 782 052 4

HIDRÔMETRO		LEITURA	
Atual	Anterior	Próxima	
26/02/2018	28/01/2018	28/03/2018	

CONSUMO FATURADO		
Dias	m³	Litros
33	36	12000

HISTÓRICO DE CONSUMO		
Volume Faturado Litros	Dias entre medições	Média Diária Litros

CONSUMO MÉDIO	
m³	litros
47	

	Volume Faturado Litros	Dias entre medições	Média Diária Litros
Mar/2018	35.000	34	1.029
Fev/2018	50.000	30	1.724
Jan/2018	48.000	31	1.539
Dez/2017	51.000	31	1.645
Nov/2017	38.000	29	1.310
Out/2017	43.000	30	1.433
Sep/2017	45.000	31	1.451
Ago/2017	41.000	30	1.366
Jul/2017	70.000	30	2.333
Jun/2017	27.000	32	843
Mai/2017	60.000	30	2.000
Abr/2017	50.000	31	1.615

SEU CONSUMO/CUSTO DIÁRIO	
m³	litros de água
Água	Esgoto
R\$ 4,93	R\$ 1,08

TARIFA									
Feixes de consumo em 1.000 litros	Consumo de taxa em 1.000 litros	Unidades Abonadas	Volume Total	R\$ / M³ Litros Água	R\$ / M³ Litros Esgoto	R\$ / M³ Litros Esgoto	Valor Esgoto R\$	Sub Total R\$	
FIXA	---	---	---	---	15,26	---	6,89	21,08	
0 A 5	5,00.000	1	5,00	9,80000	4,80	0,42000	2,10	6,90	
5 A 10	5,00.000	1	5,00	30,85000	15,45	1,35100	6,75	22,20	
10 A 15	5,00.000	1	5,00	64,07000	32,03	2,80300	14,02	46,05	
15 A 20	5,00.000	1	5,00	78,37000	38,16	3,34100	16,71	54,86	
20 A 40	15,00.000	1	15,00	63,26000	124,86	3,64300	54,64	179,50	
SOM	30,00.000	5	40,00	---	---	---	94,31	331,55	

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS / LANÇAMENTOS		
ABASTECIMENTO DE ÁGUA		230,65
ESGOTO DINÂMICO COM COLETA - EDC		100,91

TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE O FATURAMENTO: IPTU/CETAS - UN. R\$ - R\$ 71,88

DEBITO AUTOMÁTICO  
FATURA VENCIDA EM 14/02/2018 - LIQUIDADA

VENCIMENTO

19/03/2018

TOTAL A PAGAR

\*\*\*\*\*R\$331,56

INFORMAÇÕES GERAIS

BAIXE O APP "COPASA DIGITAL" NO SEU CELULAR

INFORMAÇÕES SOBRE A QUALIDADE DA ÁGUA (Port. Nº 2914-Min. da Saúde-Dec. Nº 5440)						
Período:	Número de Amostras					
01/2018	Cloro	Coliformes Totais	Cor	Escherichia coli	Fluoreto(*)	Turbidez
Mínimo	4,0	46	10	46	0	46
Análises	5,4	46	11	48	11	48
Fora Padrões	0	0	0	0	0	0
Dentro Padrões						
Observações: *Não obrigatório						

Em caso de ordem de pagamento, mencionar o número desta fatura. (Autenticar no verso)  
CÓD. DÉBITO AUTOMÁTICO NÚMERO DA FATURA MÊS / REP. VENCIMENTO TOTAL A PAGAR  
0 000 830 371 1 001.18.18830/4-0 03/2018 19/03/2018 \*\*\*\*\*R\$331,56



## PROCURAÇÃO

Eu, **LUTZ VIANA RODRIGUES JUNIOR**, RG: MG-529149 SSP/MG, CPF: 348.143.966-00, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Fortaleza, nº 572, Centro, Nanuque/MG, CEP: 39.860-000, nomeio e constituo como minha bastante procuradora **RENATA FERNANDES MOURÃO**, brasileira, solteira, RG: 16.426.470 SSP/MG, CPF: 092.802.596-95, residente e domiciliada na Praça Coronel Franco, 103, Centro, Jequitinhonha/MG, com o fim específico de me representar junto ao Núcleo de Autos de Infração – Superintendência Regional de Meio Ambiente/SUPRAM.

Nanuque/MG, 28 de Março de 2018.

  
**LUTZ VIANA RODRIGUES JUNIOR**

CPF: 348.143.966-00



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE HABITABILIDADE

RENATA FERNANDES MOURAO

DOC. IDENTIDADE / OUTRO IDENTIFICADOR 16426470 SSP MG

CPF 092.802.596-95 DATA NASCIMENTO 04/02/1991

FILIAÇÃO MAURICIO DE ALMEIDA MOURAO RITA FERNANDES MOURAO

PERMISSÃO ACC CATEGORIA AB

SP REGISTRO 05325255321 DATA EMISSÃO 06/10/2019 SP HABILITAÇÃO 13/10/2011

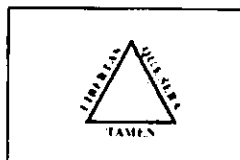
PROIBIDO PLASTIFICAR 1028923538

LOCAL ALMENARA, MG DATA EMISSÃO 19/12/2014

Assessoria de Habilitação 68294043156 68294043156  
 Diretoria de Habilitação 68460653288 68460653288

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL





## RECIBO DE INSCRIÇÃO DO IMÓVEL RURAL NO CAR

Registro no CAR: MG-3136009-F112.AC50.F936.4753.9F10.B1A9.F7FD.096E Data de Cadastro: 06/02/2017 08:51:35

Imóvel		Imóvel	
Área Total do Imóvel	1.137,4422	Área Consolidada	1.082,1592
Área de Servidão Administrativa	0,0000	Remanescente de Vegetação Nativa	53,5399
Área Líquida do Imóvel	1.137,4422	Reserva Legal	
APP / Uso Restrito		Área de Reserva Legal	53,5399
Área de Preservação Permanente	3,7894		
Área de Uso Restrito	0,0000		

### MATRÍCULAS DAS PROPRIEDADES DO IMÓVEL

Número da Matrícula	Data do Documento	Livro	Folha	Município do Cartório
9.909	14/03/2014	2-RG 97-N	8.221V 27-F	Jequitinhonha/MG
9.910	17/03/2014	2-RG 97N	8.222 23-F	Jequitinhonha/MG

203  
fm  
4.01.03





## RECIBO DE INSCRIÇÃO DO IMÓVEL RURAL NO CAR

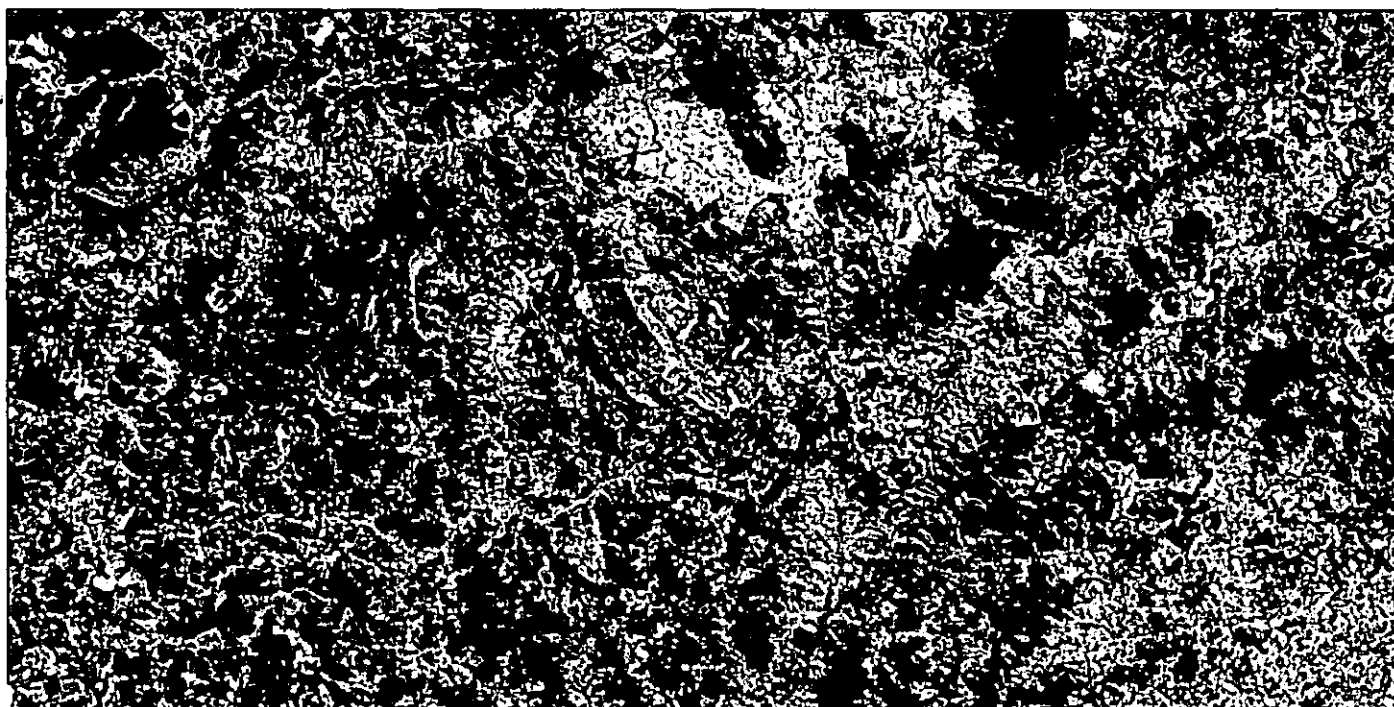
Registro no CAR: MG-3136009-F112.AC50.F936.4753.9F10.B1A9.F7FD.096E

Data de Cadastro: 06/02/2017 08:51:35

### INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Foi detectada uma diferença entre a área do imóvel rural declarada conforme documentação comprobatória de propriedade/posse/concessão [1137,43 hectares] e a área do imóvel rural identificada em representação gráfica [1.137,4422 hectares].

### REPRESENTAÇÃO GRÁFICA



### IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO/POSSUIDOR

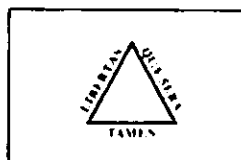
CPF: 032.850.496-34

Nome: EDITE DIAS LIMA

### ÁREAS DECLARADAS (em hectares)







## RECIBO DE INSCRIÇÃO DO IMÓVEL RURAL NO CAR

Registro no CAR: MG-3136009-F112.AC50.F936.4753.9F10.B1A9.F7FD.096E	Data de Cadastro: 06/02/2017 08:51:35
---	---------------------------------------

### RECIBO DE INSCRIÇÃO DO IMÓVEL RURAL NO CAR

Nome do Imóvel Rural: FAZENDA PIABANHA		
Município: Joáima		UF: Minas Gerais
Coordenadas Geográficas do Centróide do Imóvel Rural:	Latitude: 16°48'34,76" S	Longitude: 40°58'44,94" O
Área Total (ha) do Imóvel Rural: 1.137,4422		Módulos Fiscais: 18,9574
Código do Protocolo: MG-3136009-413C.7D91.2CAA.5BDE.1A7D.D2DE.7B85.DF17		

### INFORMAÇÕES GERAIS

1. Este documento garante o cumprimento do disposto nos § 2º do art. 14 e § 3º do art. 29 da Lei nº 12.651, de 2012, e se constitui em instrumento suficiente para atender ao disposto no art. 78-A da referida lei;
2. O presente documento representa a confirmação de que foi realizada a declaração do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural-CAR e que está sujeito à validação pelo órgão competente;
3. As informações prestadas no CAR são de caráter declaratório;
4. Os documentos, especialmente os de caráter pessoal ou dominial, são de responsabilidade do proprietário ou possuidor rural declarante, que ficarão sujeitos às penas previstas no art. 299, do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de setembro de 1940) e no art. 69-A da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;
5. O demonstrativo da situação das informações declaradas no CAR, relativas às áreas de Preservação Permanente, de uso restrito e de Reserva Legal poderá ser acompanhado no sítio eletrônico [www.car.gov.br](http://www.car.gov.br);
6. Esta inscrição do imóvel rural no CAR poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, em função do não atendimento de notificações de pendência ou inconsistências detectadas pelo órgão competente nos prazos concedidos ou por motivo de irregularidades constatadas;
7. Este documento não substitui qualquer licença ou autorização ambiental para exploração florestal ou supressão de vegetação, como também não dispensa as autorizações necessárias ao exercício da atividade econômica no imóvel rural;
8. A inscrição do imóvel rural no CAR não será considerada título para fins de reconhecimento de direito de propriedade ou posse; e
9. O declarante assume plena responsabilidade ambiental sobre o imóvel rural declarado em seu nome, sem prejuízo de responsabilização por danos ambientais em área contígua, posteriormente comprovada como de sua propriedade ou posse.



**PARECER ÚNICO Nº 79/2019 – DEFESA**

Indexado ao Processo CAP nº 523845/18

Auto de Infração 83188/2018

**1. Identificação**

Autuada:

Luiz Viana Rodrigues Júnior

CNPJ / CPF:

348.143.966-00

**2. Discussão**

Na data de 20 de março de 2018 foi lavrado pela PMMG o Auto de Infração nº 83188/2018, amparado no Boletim de Ocorrência nº M5018-2018-00200212, que contempla penalidade de multa simples, no valor de 16000 (dezesesseis mil) UFEMG's, que corresponderia no ano de 2018 a R\$ 52.022,40 (cinquenta e dois mil, vinte e dois reais e quarenta centavos), considerando a UFEMG a R\$ 3,2514, apreensão de material lenhoso no volume de 255,28 m³ e suspensão das atividades, por ter sido constatada a prática da seguinte irregularidade, prevista no artigo 112, Anexo III, códigos 301, alíneas "a" do Decreto Estadual nº 47.383/2018:

*"I – Desmatar 31,91 (trinta e um vírgula noventa e um hectares) de vegetação de espécies nativas, em área comum, sem autorização do órgão ambiental"*

O autuado foi notificado no ato da lavratura do Auto de Infração, ou, seja, no dia 20/03/2018.

A defesa é tempestiva, vez que interposta por via postal no dia 09/04/2018, dentro, portanto, do prazo de 20 (vinte) dias previsto pelo art. 58, do Decreto Estadual nº 47.383/2018, oportunidade em que alegou, em síntese:

- Preliminarmente, que não houve perícia com vistoria "in loco" da área sinistrada, a fim de obter melhores conclusões acerca dos fatos;
- Que realizou limpeza e roçada, nos termos da Resolução Conjunta SEMAD/IEF 1.905/2013;
- Que se mantida a autuação, teria o direito da substituição da multa por melhoria do meio ambiente conforme estabelecido no art.114 do Decreto Estadual nº 47.383/2018.

Ao final requer seja acolhida a defesa, acatando a preliminar de nulidade suscitada, com o fim de cancelar e arquivar o Auto de Infração, e se mantida, requer a revisão dos critérios de aplicação da multa imposta, aplicando-se uma multa minorada, nos exatos termos do Decreto Estadual nº 47.383/2013.

**3. Análise**

Cumprime primeiramente destacar, que quando da interposição da defesa administrativa ora em análise, não era exigível o recolhimento da Taxa de Expediente prevista no art.60, inciso V do Decreto Estadual nº 47.383/2018, que somente veio a ser regulamentada com a publicação do Decreto Estadual nº 47.577/2018, publicado no "Minas Gerais" do dia 29/12/2018. Feito tal destaque, passamos a análise dos argumentos da defesa.

**JU 02135938 5 BR**

SUPRAM JEQ

Avenida da Saudade, nº335 – Centro –  
Diamantina/MG  
CEP 39.100-000 – Tel.: (38) 3532-6650

DATA 13/05/2019  
Página: 1/2



Os argumentos apresentados na defesa são desprovidos de quaisquer fundamentos técnicos ou jurídicos capazes de descaracterizarem o Auto de Infração em questão.

Como é sabido, os atos administrativos são revestidos de presunção de veracidade e legitimidade, só desconstituída frente a inequívocas provas em sentido contrário. É do impugnante/autuado o ônus de provar qualquer alegação que refute o estabelecido nos documentos lavrados pelo órgão ambiental, ônus este, do qual não se desincumbiu o autuado, vez que não conseguiu demonstrar que a intervenção ambiental se tratava de limpeza de área. Ademais, fotos dos locais da intervenção que instruíram o Boletim de Ocorrência nº M5018-2018-00200212, afastam por completo tal alegação. Dessa forma, inequívoca a autoria e materialidade da infração ambiental descrita no Auto de Infração em discussão.

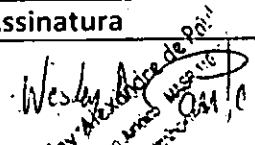
Quanto a necessidade de perícia técnica, o art. 61 do Decreto Estadual nº 47.383/2018, dispensa a sua realização, cabendo o ônus da prova ao autuado.

Também não há como acatar o pedido de conversão da multa simples aplicada em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, conforme previsto no art. 114 do Decreto Estadual nº 47.383/2018, vez que não houve apresentação de projeto básico com atendimento dos objetivos dispostos no art. 115 e das opções previstas no art. 118, assim, resta o indeferimento da conversão requerida, nos termos § 5º do art. 118 do diploma legal em evidência.

#### 4. Parecer Conclusivo

Por todo o exposto, considerando as argumentações apresentadas pela defesa e a ausência de argumentos técnicos e jurídicos capazes de descaracterizar o respectivo Auto de Infração, remetemos os presentes autos à Superintendência Regional de Meio Ambiente Jequitinhonha, nos termos do art. 54, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 47.042/2016, sugerindo a **MANUTENÇÃO** da penalidade de multa simples no valor de 16000 (dezesesseis mil) UFEMG's, que corresponderia no ano de 2018 a **R\$ 52.022,40 (cinquenta e dois mil, vinte e dois reais e quarenta centavos)**, considerando a **UFEMG a R\$ 3,2514**, apreensão de material lenhoso no volume de 255,28 m³ e suspensão das atividades, é o **INDEFERIMENTO** do pedido de conversão da multa.

Data: 13/05/2019

Responsável pela elaboração:	Matrícula	Assinatura
Wesley Alexandre de Paula Diretoria de Controle Processual	1107056-2	



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE  
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS  
INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS  
POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS

Identificação da Decisão: 7544

DECISÃO

Unidade Administrativa: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE JEQUITINHONHA

DECISÃO do julgamento realizado no dia: 13/05/2019

Nos termos do art. 59, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 47.042/2016, a(o) NÚCLEO DE AUTOS DE INFRAÇÃO - SUPRAM, decidiu:

Data da Decisão: 13/05/2019

Processos julgados

Processo	Auto de Infração	Interessado	Parecer	Valor (R\$) e parcela(s)
453735/16	38284 - / 2016	Jackson Lopes Queiroz	Indeferimento	2.242,98 1
453773/16	51270 - / 2016	Jose Carlos de Miranda Clementino	Indeferimento	1.495,32 1
453781/16	51272 - / 2016	Jose Carlos de Miranda Clementino	Indeferimento	1.495,32 1
453784/16	51271 - / 2016	Jose Carlos de Miranda Clementino	Indeferimento	1.661,46 1
453789/16	51273 - / 2016	Jose Carlos de Miranda Clementino	Indeferimento	1.661,46 1
453899/16	51380 - / 2016	Imobliuz Imobiliária e Empreendimentos Ltd	Indeferimento	747,66 1
454075/16	51976 - / 2016	Claudia Batista de Castro	Indeferimento	4.984,38 1
454219/16	24616 - / 2016	Leonardo Dutra da Rocha	Indeferimento	332,29 1
454361/16	24615 - / 2016	Romario Pereira Gomes	Indeferimento	332,29 1
469455/17	60084 - / 2017	Demosthenes Vieira Filho	Indeferimento	3.803,46 1
490313/17	12017 - / 2016	Luis Lopes de Souza	Indeferimento	664,58 1

Quantidade de Processos: 11

*Wesley A. Coutinho*  
Autoridade Competente  
Diretor do Meio Ambiente  
SUPRAM - Jequitinhonha - SEMAD

Nos termos do art. 54, parágrafo único, inciso II, do Decreto 47.042/2016, a(o) SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE JEQUITINHONHA, decidiu:

Processos julgados

Processo 2	Auto de Infração	Interessado	Parecer	Valor (R\$) e parcela(s)
523845/18	83188 - / 2018	Lutz Viana Rodrigues Junior	Indeferimento	52.022,40 1
535962/18	111453 - / 2018	Layrton Brunno Carvalhais	Indeferimento	86.162,10 1
536301/18	111454 - / 2018	Wellington da Cruz	Indeferimento com Ad	28.449,75 1
537239/18	111458 - / 2018	Aline de Sousa Ferreira Vaz	Indeferimento	27.636,90 1
537261/18	111461 - / 2018	Eguimar Xavier Amaral	Indeferimento	24.710,64 1

Quantidade de Processos: 5

*Cristina Barroso de Vilhena*  
Autoridade Competente  
Candida Cristina Barroso de Vilhena  
Diretora de Administração e Finanças  
SUPRAM - Jequitinhonha - SEMAD

Observações da DECISÃO

Decisão Administrativa embasada em Parecer Técnico / Único Defesa anexo ao processo.





REF: DECISÃO ADMINISTRATIVA (JULGAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO)

OFÍCIO NAI/DRCP/SEMAD: 602/2019

Diamantina, 13 de Maio de 2019

Auto de Infração nº: 83188/2018

Processo nº: 523845/18

A Superintendência Regional Jequitinhonha pertencente à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD), tendo em vista o Controle de Auto de Infração, examinou o Processo Administrativo em epígrafe, instaurado em desfavor do Sr. Lúiz Viana Rodrigues Júnior, em decorrência da lavratura do Auto de Infração referenciado e decidiu, após análise de Defesa Administrativa apresentada:

- Não acatar os argumentos apresentados na defesa administrativa face a ausência de fundamentos técnicos e jurídicos capazes de descaracterizar o respectivo Auto de Infração;
- Manter a penalidade de multa simples no valor de R\$ 52.022,40 (cinquenta e dois mil com vinte e dois reais e quarenta centavos) mais juros incidentes desde a data da constituição do débito;
- Manter a penalidade de suspensão das atividades;
- Manter a penalidade de apreensão de 255,28 (duzentos e cinquenta e cinco virgula vinte e oito) m³ de lenha nativa, determinando o seu perdimento, nos termos do nos termos do art. 65 do Decreto nº 47.383/2018, e, consequentemente o perdimento de tais bens, nos termos do §2 do art. 94 do mesmo decreto, ratificando eventual destinação sumária dos bens;
- Realizar cobrança de Reposição Florestal no valor atualizado de R\$ 7.903,47 (sete mil novecentos e três reais com quarenta e sete centavos), nos termos da Lei Estadual nº 20.922/2013.

Desta forma, V. Sa. dispõe do prazo de 30 (trinta) dias para quitação da dívida através do(s) Documento(s) de Arrecadação Estadual-DAE anexo, ou para apresentação de recurso, que deve ser direcionado a este Setor (Núcleo de Autos de Infração: Avenida da Saudade, 335 – Centro – Diamantina/MG, CEP: 39.100-000).

*Atenção: Cientificamos ainda que valores de multa igual ou superior a 1.661 Ufemgs devem prover o recolhimento integral da taxa de expediente prevista no item 7.30 da tabela A, a que se refere o art. 92 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, tornando pré-requisito para que o Recurso Administrativo seja conhecida conforme art. 68 do Decreto 47.383/2018.*

Informamos também, que o débito ora apresentado não representa a inexistência de outros débitos.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD  
Sistema Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SISEMA  
Superintendência Regional de Meio Ambiente Jequitinhonha – SUPRAM JEQ

Para efeito de informação, o valor base da multa é calculado seguindo os valores vigentes da UFEMG do ano vigente, no caso 2018. O valor final da multa é constituído pelo valor base do auto de infração somado aos juros perpetuados no tempo contado desde o 21º dia da notificação até a data de emissão do DAE.

Maiores esclarecimentos que se fizerem necessário, favor entrar em contato pelo telefone: (38) 3532-6665.

Atenciosamente,

Danilo Iabrato Silva  
Gestor Ambiental  
Masp: 1.208.293-5  
Supram Jequitinhonha

Danilo I Silva – Gestor Ambiental  
NAI Jequitinhonha

Luiz Viana Rodrigues Júnior  
Rua Fortaleza, 572 – Centro  
Nanuque/MG – CEP: 39.860-000



SECRETARIA DE ESTADO DE  
FAZENDA DE MINAS GERAIS

DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO ESTADUAL - DAE

NOME  
Lutz Viana Rodrigues Junior

ENDEREÇO  
RUA Lomanto Junio, S/n

MUNICÍPIO  
IBIRAPUA

UF  
BA

TELEFONE

DATA DE VALIDADE  
14/06/2019

TIPO DE IDENTIFICAÇÃO  
1 - INSCR. ESTADUAL 4 - CPF  
2 - INSCR. PROD. RURAL 5 - OUTROS  
3 - CNPJ 6 - RENAVAM

TIPO  
4

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO  
348.143.966-00

CÓDIGO MUNICÍPIO EM MG (PARA PRODUTOR RURAL E NÃO INSCRITO)

MÊS/ANO DE REFERÊNCIA  
2018

Nº DOCUMENTO  
1300443068714

HISTÓRICO

Auto de Infração nº 83188- Serie: 2018, processo número : 523845/18  
DAE 01/01  
Valor do DAE : 55.501,86  
Valor do Juros : 0,00  
Valor da Multa : 0,00  
Valor da taxa : 0,00  
Valor Final TOTAL : 55.501,86

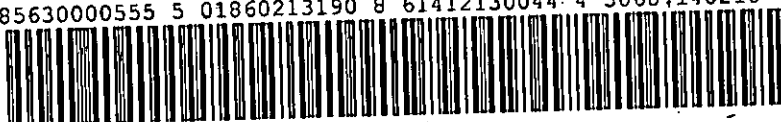
Sr.Caixa, este documento deve ser recebido exclusivamente pela leitura do código de barras ou linha digitável.  
Linha digitável do código de barras: 85630000555 5 01860213190 8 61412130044 4 30687140210 4

AUTENTICAÇÃO

TOTAL R\$ 55.501,86

MOD. 06.01.11

85630000555 5 01860213190 8 61412130044 4 30687140210 4



SECRETARIA DE ESTADO DE  
FAZENDA DE MINAS GERAIS

DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO ESTADUAL - DAE

NOME  
Lutz Viana Rodrigues Junior

ENDEREÇO  
RUA Lomanto Junio, S/n

MUNICÍPIO  
IBIRAPUA

UF  
BA

TELEFONE

DATA DE VALIDADE  
14/06/2019

TIPO DE IDENTIFICAÇÃO  
1 - INSCR. ESTADUAL 4 - CPF  
2 - INSCR. PROD. RURAL 5 - OUTROS  
3 - CNPJ 6 - RENAVAM

TIPO  
4

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO  
348.143.966-00

CÓDIGO MUNICÍPIO EM MG (PARA PRODUTOR RURAL E NÃO INSCRITO)

NÚMERO DO DAE  
1300443068714

VALOR R\$

ACRÉSCIMOS R\$

JUROS R\$

TOTAL R\$ 55.501,86

AUTENTICAÇÃO

MOD. 06.01.11





SECRETARIA DE ESTADO DE  
FAZENDA DE MINAS GERAIS

DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO ESTADUAL - DAE

NOME  
Lutz Viana Rodrigues Junior

ENDEREÇO  
RUA Lomanto Junio, S/n

MUNICÍPIO  
IBIRAPUA

UF  
BA

TELEFONE

DATA DE VALIDADE

14/06/2019

TIPO DE IDENTIFICAÇÃO

1 - INSCR. ESTADUAL 4 - CPF  
2 - INSCR. PROD. RURAL 5 - OUTROS  
3 - CNPJ 6 - RENAVAM

TIPO

4

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO

348.143.966-00

CÓDIGO MUNICÍPIO EM MG (PARA PRODUTOR RURAL E NÃO INSCRITO)

MÊS/ANO DE REFERÊNCIA

2018

Nº DOCUMENTO

1500406777037

HISTÓRICO

Reposição FLORESTAL, conforme Auto de Infração nº 83188- Série.2018, processo número : 523845/18

DAE 01/01

Ano da UFEMG : 2019

Valor Lenha : 382,92 4

Valor da Árvore : 5,16

Valor do DAE : 7.903,47

Valor do Juros : 0,00

Valor da Multa : 0,00

Valor da taxa : 0,00

Valor Final TOTAL : 7.903,47

Sr.Caixa, este documento deve ser recebido exclusivamente pela leitura do código de barras ou linha digitável.

Linha digitável do código de barras: 85690000079 0 03470213190 4 61412150040 7 67770370210 5

AUTENTICAÇÃO

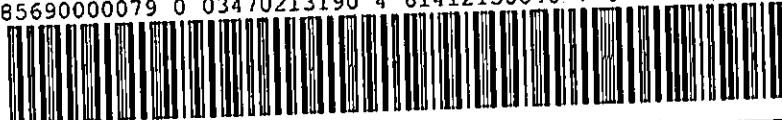
TOTAL

R\$

7.903,47

MOD.06.01.11

85690000079 0 03470213190 4 61412150040 7 67770370210 5



SECRETARIA DE ESTADO DE  
FAZENDA DE MINAS GERAIS

DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO ESTADUAL - DAE

NOME  
Lutz Viana Rodrigues Junior

ENDEREÇO  
RUA Lomanto Junio, S/n

MUNICÍPIO  
IBIRAPUA

UF  
BA

TELEFONE

AUTENTICAÇÃO

DATA DE VALIDADE

14/06/2019

TIPO DE IDENTIFICAÇÃO

1 - INSCR. ESTADUAL 4 - CPF  
2 - INSCR. PROD. RURAL 5 - OUTROS  
3 - CNPJ 6 - RENAVAM

TIPO

4

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO

348.143.966-00

CÓDIGO MUNICÍPIO EM MG (PARA PRODUTOR RURAL E NÃO INSCRITO)

NÚMERO DO DAE

1500406777037

VALOR

R\$

ACRÉSCIMOS

R\$

JUROS

R\$

TOTAL

R\$

7.903,47

MOD.06.01.11





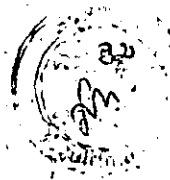
**JU021359385BR**

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



**Objeto entregue ao destinatário**  
17/05/2019 11:03 NANUQUE / MG

17/05/2019	
11:03	Objeto entregue ao destinatário
NANUQUE / MG	
17/05/2019	
08:58	Objeto saiu para entrega ao destinatário
NANUQUE / MG	
14/05/2019	
16:57	Objeto postado
DIAMANTINA / MG	



## RECURSO CONTRA APLICAÇÃO DE PENALIDADE AMBIENTAL

**ILMO SR. Subsecretário de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada**

(inciso XI do artigo 43, do Decreto nº 45.824, de 20 de dezembro de 2011)

**Autos de Infração:** 83.188/2018

**Processo:** 523.845/18

**Boletim de Ocorrência:** 200.212/2018 de 20/03/2018, as 08 horas e 25 minutos.

**Ofício NAI/DRCP/SEMAD:** 602/2019.

**Autuado:** Lutz Viana Rodrigues Júnior.

**Telefone:** 73.3011.0800.

**Endereço para correspondência:** Rua Lomanto Júnior, S/N. Bairro Centro. Ibirapuã, BA. CEP: 45.940-000.

Prezado Senhor Analista;

**Eu, Lutz Viana Rodrigues Júnior**, brasileiro, casado, produtor rural, portador do CPF n.º 348.143.966-00, residente e domiciliado no endereço supramencionado e ao fim assinado, venho respeitosamente à presença de Vossa Senhoria oferecer **RECURSO** ao auto indicado, pelas questões de fato e de direito a diante expostas, que não foram consideradas no ato da defesa inicial, causando a injustiça na manutenção das penalidades inicialmente desejadas pelo agente fiscal.

Antes de prosseguir, pede-se o acolhimento deste recurso dada a tempestividade de seu ato, vez que o ofício fora remetido pelo órgão em 13 de maio de 2019, recebido em 17 de maio de 2019, cujo prazo de resposta é de 30 dias, o que ocorre em 26 dias, portanto, dentro do previsto para resguardar a análise processual.

### **I – OS FATOS**

Pretende o analista ambiental impor penalidade narrada no mencionado auto de infração, considerando-as condutas lesivas ao meio ambiente, o que desemboca nas multas ora grafadas em meu desfavor.



<b>SISEMA JEQUITINHONHA</b>	
Regional Alto Jequitinhonha-Diamantina	
Tipo Doc.	ent
Nº do Documento	30441
Data	14/06/19
Nome Legível do Responsável	



Pelos itens constantes no Auto de Infração, o agente fiscal impôs penalidades pecuniárias e de restrição de uso dos espaços, mantendo sob minha responsabilidade o suposto rendimento lenhoso, além de suspender as atividades, na ocasião já encerradas.

## II - O DIREITO

### II. 1 - PRELIMINAR

Inicialmente é fundamental revisar a legalidade do ato, que, caso permeado de vício em quaisquer das formas, torna-se nulo de pleno direito, para não permitir que a injustiça prospere.

Na forma do feito, não se percebeu aplicação de metodologia científica ou rotina técnica para garantir corretamente a aferição de dados e informações, tampouco ateve-se à clara interpretação dos elementos de campo, o que impacta diretamente na credibilidade/sustentação dos valores punitivos indicados.

Na mesma linha, não houve acompanhamento técnico de profissional habilitado por lei federal relacionada aos temas versados no boletim de referência, aspecto elementar para ponderar quanto aos pretensos danos sobre a flora, e sendo ausente o acompanhamento técnico, não é possível concordar com a penalidade ambiental.

Ainda de modo preliminar é fundamental expor que também não houve por parte do agente fiscal, exercício de campo que atestasse tecnicamente a composição dos dados, o que levou ao equívoco elementar na categorização do estágio vegetacional, pois não sendo ele explicitado em sua peça, incorre novamente na ausência de elemento cabal que sustente a pretensa pena. De modo igual, além de não explicitar a classificação do estágio vegetacional, há severa discordância também quanto a área, vez que o relato no B.O. é de supressão em 31,91 hectares. Isso talvez tenha decorrido pela ausência de metodologia reconhecida cientificamente para tal fim, pela não apresentação de equipamentos homologados ou compatíveis para o levantamento correto das informações, ou ainda, pela combinação desses fatores, que na forma apresentada, não revelam as ações realizadas; tornando a ação e resultante Auto de Infração insustentáveis.

Nessa esteira, não ficaram constatados os agravantes e/ou atenuantes do caso, o que fere o dispositivo legal referenciado no boletim, que impacta novamente nos valores e penalidades expostas e paira a necessidade de nulidade do Auto de Infração.

Por tudo, há o seguinte esclarecimento.



## II. 2 – MÉRITO

Antes de adentrar no mérito, é necessário considerar que a propriedade rural possui grande parte de sua área ocupada por pastagem permeada por espécies invasoras, onde a limpeza de pasto é fundamental para dar viabilidade as atividades rurais, além de possibilitar o uso produtivo da terra.

Para tanto, diante dos vícios identificados preliminarmente, que tornam a tarefa punitiva nula ou ao menos desproporcional, exponho:

1. A redação das infrações de pronto já são controversas, uma vez que textualiza algo destoante da realidade. Pois bem, em que pese o ausente amparo técnico e legal para afirmar qual o estágio da vegetação suprimida, seria necessária, ao menos, a apresentação de metodologia para sua mensuração, segundo critérios técnicos de engenharia florestal, biologia ou geografia, como por exemplo, apresentar o DAP (diâmetro altura do peito) dos exemplares, sua fitofisionomia, condição vegetal (viva, morta, doente), espécie, volumetria e dendrometria. Além disso, a caracterização ainda padece de laudo técnico elaborado por profissional devidamente habilitado, sem o qual toda constatação passa a ser feita por mera estimativa, o que não pode ser admitido. Uma vez ausente quaisquer norteadores técnicos, a aplicação dos textos legais torna-se inócua e, conseqüentemente, inválida.
2. Há, portanto, discrepância entre a penalidade imposta e a vegetação existente, pois não há como prosperar o entendimento de vegetação narrado no auto de infração, mesmo por que, considerou-se o total da área como vegetada, onde na verdade, há características de espécies invasoras em área de pastagem, mescladas com árvores isoladas, moitas e capoeiras, conforme constatadas nas imagens do próprio agente fiscal. Dessa forma, a ação amparou-se no Art. 19, item III da Resolução Conjunta IEF/SEMAD 1.905/2013 que dispensa a autorização para limpeza e roçada. Importante frisar que tal resolução não difere para a limpeza ou roçada o uso de equipamento ou máquina.
3. Doutra maneira, questiona-se os volumes indicados que totalizam 255,28m<sup>3</sup> de lenha, pois como se vê, não há como ter tais volumes, vez que não houve supressão de maciço florestal, e sim, como dito, limpeza de moitas e capoeiras.



que não se equivalem a regeneração florestal estabelecida nos textos legais. Além disso, há de se questionar inclusive qual a razão de cálculo realizada para atribuir ao material disposto o volume citado, considerando que no ambiente técnico, metro cúbico é diferente de metro estéreo e diante da situação de campo, onde conceitualmente deveriam ser mensuradas em metro estéreo e não metro cúbico. Elucidando este item, é necessário citar o conceito da respeitada ESALQ-USP (2017):

- a. *Metro estéreo (st): trata-se de uma pilha de madeira com 1 metro de comprimento, 1 de largura e 1 de altura com espaços vazios entre as peças, ou seja, elas não se encaixam precisamente.*
- b. *Metro cúbico (m³): madeira empilhada nos mesmos moldes (1 m de largura x 1 m de comprimento x 1 m de altura) sem espaços vazios, onde as peças (tábuas, dormentes, vigas, etc) se encaixam com perfeição.*

Por oportuno, é importante lembrar o conceito de floresta emanado pela FAO (2005):

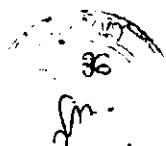
- c. *"Floresta - área medindo mais de 0,5 ha com árvores maiores que 5 m de altura e cobertura de copa superior a 10%, ou árvores capazes de alcançar estes parâmetros in situ. Isso não inclui terra que está predominantemente sob uso agrícola ou urbano."*

Ainda de modo suplementar, ousou citar o impoluto Ministro do STJ, Felix Fischer em seu sumo ofício:

- d. (...) *"A exordial acusatória, em contrapartida, faz menção à destruição de vegetação rasteira nativa em estágio pioneiro inicial de regeneração, em área de preservação permanente (fl. 15). E tal vegetação não se ajusta à melhor definição de floresta. Esta, consoante doutrina abalizada, é a formação arbórea densa, de alto porte, que recobre área de terra mais ou menos extensa. O elemento central é o fato de ser constituída por árvores de grande porte." (...)*

Caso não suficiente, soma-se:

- e. *"Floresta é espécie, qual seja, a vegetação cerrada, constituída de árvores de grande porte, cobrindo grande extensão de terras". (Enciclopédia Saraiva de Direito, São Paulo, v.37:507, p.510).*



4. Desta feita, mesmo que as alegações infracionais estivessem bem fluidas, sem vícios e robustamente embasadas na técnica, a penalidade imposta é sobre os 31,91 hectares, descabido neste caso, pois a área beneficiada com a limpeza é bem menor, o que de pronto reduzirá a penalidade, que como demonstrado, não se sustenta.
5. Por fim, a tarefa faz deste signatário, fiel depositário do material lenhoso. Assim, diante do emaranhado legal que permeia a tutela de bens lenhosos indicada no Decreto Estadual 47.383/18, não posso concordar, pois: não há o volume indicado, o material encontra-se espalhado, está próximo a estrada vicinal que pode ter coleta de terceiros, além de haver previsão legal para que a tutela seja feita pelo Estado, implico na não manutenção desse aspecto.
6. De modo suplementar, o ofício 602/2019 é amplamente superficial, quando textualiza o não acolhimento dos argumentos apresentados na defesa administrativa, face a ausência de fundamentos técnicos e jurídicos capazes de descaracterizar o respectivo auto de infração. Bom, desta forma, é primaz conhecer quais os argumentos não foram acolhidos e as razões técnicas e jurídicas para o não fazer, pois outrossim, a superficialidade iniciada no auto de infração é mantida na negativa da defesa e já presume a negativa do recurso, pois não é possível alcançar quais os elementos deveriam estar presentes nos instrumentos de defesa e recurso. Manter, portanto, a pena mediante confecção de auto de infração sem embasamento técnico que sustente a aplicação do instrumento jurídico, bem como, negar a defesa do mesmo modo, é fazer vagar este signatário na insegurança jurídica e técnica implícita ao caso. Por isso, na mesma linha, é elementar que impere a prática da boa técnica em procedimento específica a ser realizado em campo.
7. Noutra senda, ainda que fosse devida, a manutenção da multa no valor de exorbitantes cinquenta e dois mil, vinte e dois reais e quarenta centavos, marginaliza tudo que está previsto no texto legal de referência quanto as inúmeras atenuantes que este caso carrega; da a não reincidência, a não promoção de dano a terceiros, a limpeza não ter ocorrido em finais de semana ou



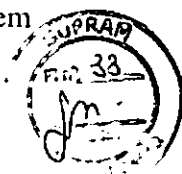
feriados, dentre vários outros que poderiam ser acolhidos de pronto, para aplicação de reduções nos valores praticados.

8. Impossível concordar com a suspensão das atividades, onde ela já existia. Para tanto, de modo contundente, pede-se o desatrelamento deste item pelo seu amplo excesso e disparate da realidade das atividades rurais.
9. Quanto a apreensão e perda da lenha, é notório o novo equívoco, pois as condições naturais e ações de terceiros comprometem a sua existência, e sobremaneira, é fato que não há o volume outrora mensurado sem quaisquer técnicas.
10. Consequentemente, a aplicação de valor para reposição florestal não pode prosperar por toda fragilidade existente na linha do tempo processual, desde as inequívocas falhas na composição do auto, até a negativa da defesa.

### III. 2 - A CONCLUSÃO

Considerando que há divergência entre a área indicada no B.O.; que diante da divergência de área, o valor aplicado não se sustenta; que a vegetação é, em sua maioria, pastagem degradada com presença de moitas, capoeiras e espécies invasoras; que a conduta fora alicerçada em dispositivo legal via Resolução 1.905/2013; que há clara divergência entre a aplicação dos conceitos de metro cúbico e metro estéreo; que a lavratura do auto não atende aos itens básicos previstos no Decreto 47.383/2018 em seu Art.56, sobretudo quanto aos atenuantes, o que de pronto já conferiria redução de ao menos 30% do valor ajustado, e que o enredo padece de aprofundamento técnico para que a justiça se instale; e considerando também que não houve desmate, tampouco intervenção em Área de Preservação Permanente – APP, acometimento por fogo, prejuízo a fauna, flora, risco a incolumidade pública, atentado contra terceiros, contaminação de solo ou recursos hídricos, risco de explosão ou choque, prática noturna, morte de animais, danos sobre unidades de conservação, danos a florestas primárias ou secundárias, obtenção de vantagens pecuniárias e não reincidência.

Diante de todo exposto, espera e requer que seja acolhida o presente recurso, cancelando-se o auto de infração lavrado, dadas as inconsistências que o cercam, bem



como pelas previsões legais de se fazer a limpeza de pasto sem a necessidade de autorização. Nesta senda, pede-se o cancelamento de fiel depositário, além do cancelamento da penalidade de suspensão das atividades.

Não sendo este o entendimento do Egrégio órgão ambiental, que não se espera, haja redução do valor da multa, ainda que injustificadas, e de pronto sua reversão em pelo menos 50% do valor da multa após ajustada a área, para aplicação em medidas corretivas, com aplicação do maior parcelamento possível.

Convicto do espírito de justiça e razoabilidade deste Egrégio órgão, que antecipo agradecimentos.

Termos em que

Peço deferimento.

Ibirapuã, 11 de junho de 2019.

LUTZ VIANA RODRIGUES JÚNIOR  
AUTUADO

**Anexos : - Cópia do Auto de Infração**

- Cópia de um documento de identidade
- Cópia de um comprovante de endereço
- Cópia do comprovante de DAE do recurso
- Cópia do ofício de negativa da defesa







GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE  
E RECURSOS HÍDRICOS - SISEMA  
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH



1. AUTO DE INFRAÇÃO: Nº 83188 / 2013  
Lavrado em Substituição ao AI nº: 1  
Vinculado ao: ☐ Auto de Fiscalização nº de 1/1/2013  
☒ Boletim de Ocorrência nº: 20.212 de 20/03/2013  
2. Auto de Infração possui folha de continuação? ☐ SIM ☒ NÃO

3. Órgão Responsável pela lavratura:  
☐ FEAM ☐ IGAM ☐ IEF ☐ SGRAI ☐ SUCFIS ☒ PMMG

Local: JEQUITINHONHA  
Dia: 20 MARÇO 2013 Hora: 03:25

4. Autuado

Nome do Autuado/ Empreendimento: LUTZ VIANA RODRIGUES JUNIOR  
Data Nascimento: 29.01.1959 Nome da Mãe: MARIA AUXILIADORA FRANCA RODRIGUES  
☒ CPF: 348.143.966-00 ☐ CNPJ: ☒ Outros: RG-M-529149 SSP/MG.  
Emprego do Autuado / Empreendimento: (Correspondência) N.º / km: Complemento:  
RUA AMANTO JUNIOR SIN  
Bairro/Logradouro: CENTRO Município: BIRAPUÃ UF: BA  
CEP: 45.940-000 Cx Postal: Fone: 93 3011-0800 E-mail:

5. Outros Envolvidos/ Responsáveis

Nome do 1º envolvido: ☐ CPF: ☐ CNPJ: Vínculo com o AI Nº:  
Nome do 2º envolvido: ☐ CPF: ☐ CNPJ: Vínculo com o AI Nº:

6. Descrição Infração

DESMATAR 31,91 HA (TRINTA E UM VIRGULA NOVENTA E UM HECTARES) DE VEGETAÇÃO DE ESPÉCIES NATIVAS, EM ÁREA CAMUM, SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL.

7. Coordenadas da Infração

Geográficas: DATUM: ☒ WGS 84 ☐ SIRGAS 2000 Latitude: Grau 16 Min 47 Seg 57,2 Longitude: Grau 40 Min 58 Seg 14,3  
Planas: UTM FUSO 22 23 24 X= (6 dígitos) Y= (7 dígitos)

8. Embasamento legal

Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano	Lei / ano	Resolução	DN	Port. Nº	Órgão
112	111	301		A	47.383/13	20332/13				

9. Atenuantes /Agravantes

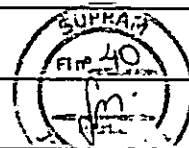
Atenuantes					Agravantes				
Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Aumento

10. Relatância

☐ Genérica ☐ Específica ☒ Não foi possível verificar ☐ Não se aplica

11. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP

Infração	Porte	Penalidade	Valor	<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução	Valor Total
01		<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária	16.000 UFEMG		16.000 UFEMG
ERP:	Kg de pescado:	Valor ERP por Kg: R\$	Total: R\$		
Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$:					
Valor total das multas: 16.000 UFEMG (DEZESSEIS MIL UFEMG).					
No caso de advertência, o autuado possui o prazo de..... dias para atender as recomendações constantes no campo 12, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$					



12. Demais penalidades/ Recomendações/ Observações

LOCAL DA INFRAÇÃO: FAZENDA PIABANHA - ZONA RURAL - TOAIMA/MG. - SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES DE FLORA - APREENSÃO DE 255,28 M³ DE LENÇA AVALIADA EM R\$ 7.653,40. - VEGETAÇÃO EM ESTÁGIO INICIAL. - VALORES EM UFEMG CONFORME PREVISÃO DO PARÁGRAFO 2º, ART. 112 DO DEC. Nº 47.383/2013

13. Depositário

Nome Completo: ☐ CPF: ☐ CNPJ: ☐ RG:  
Endereço: Rua, Avenida, etc. N.º / km: Bairro / Logradouro: Município:  
UF: CEP: Fone: Assinatura:

O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 20 (VINTE) DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA NA, NO SEGUINTE ENDEREÇO: AV. DA SAUDE, 335 - CENTRO - JIAMA - JEQUITINHONHA - TINA/MG. CEP: 33.100-000

14. Assinaturas

01. Servidor: (Nome Legível)	MASSP:	Assinatura do servidor:
ANTONIO MARCOS F. DE JESUS	119.356-4	
02. Autuado/Representante Autuado: (Nome Legível)	Função/Vínculo com Autuado:	Assinatura do Autuado/Representante Legal
LUTZ VIANA RODRIGUES JUNIOR		

## DEFESA DE MULTA PESSOA FÍSICA

### ARGUMENTOS

#### 2 – PRELIMINARMENTE

##### 2.1- DA NULIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO

Preliminarmente, é válido destacar que, quando da elaboração do Auto de Fiscalização em destaque, não houve perícia com vistoria “in loco” da área sinistrada, a fim de obter melhores conclusões acerca dos fatos, tais como constatação de área, do quantitativo do produto da flora e de supostos danos causados ao Meio Ambiente e a terceiros. O fato é que tal perícia jamais fora realizada porque não quis ou não soube fazê-la o agente responsável pelo mencionado Auto de Fiscalização que, no entanto, assinou o referido documento munido apenas das informações superficiais.

Sendo assim, as falhas técnicas e a exclusão de dados essenciais, inviabilizaram uma análise coerente e clara da ocorrência, ocasionando contradições e erros grosseiros, por isso, data vênia, temos que o presente Auto de Fiscalização e respectivo Auto de Infração são absolutamente irregulares e insubsistentes, e como tais devem ser tratados, declarando-se as suas nulidades e, conseqüentemente, os seus arquivamentos, o que desde já fica requerido.



### 3 – DO MÉRITO

Adentrando-nos à origem do Auto de Infração ora combatido, infere-se, sem qualquer resquício de dúvidas, que o mesmo adveio de situação fática insólita, sem elementos concretos e seguros, gerados por mera presunção.

Daí, não se admitindo no Direito o campo perigoso das suposições, sem elementos seguros, data vênua, o respectivo Auto de Infração deve ser considerado nulo, eis que insubsistente, irregular e desprovido dos requisitos da liquidez e certeza, sem concatenar os dispositivos “tidos” como infringidos diante das “supostas” ilegalidades cometidas pelo ora recorrente.

Conforme explanado adiante, *in casu*, resta sobejamente demonstrado que fatos essenciais e de grande relevância não foram observados com a necessária imparcialidade e não menos desejável prudência, o que por si só, constitui causa de nulidade da penalidade ora questionada.

#### 3.1 – Da inexistência de infração a legislação ambiental – ausência de desmate ilegal

Conforme já destacado o Requerente foi autuado, por supostamente desmatar floresta em área comum. Ocorre que, na propriedade ora Autuada, a única intervenção ocorrida foi para limpeza e roçada, nos termos da Resolução Conjunta Semad/IEF 1.905/2013. Neste caso específico o art. 19 da referida resolução, dispensa autorização para a mencionada intervenção. Vale transcrever o dispositivo:

*Art. 19 - São dispensadas de autorização, em razão do baixo impacto ambiental, as seguintes intervenções:*

- I - Os aceiros para prevenção de incêndios florestais, quando não existir potencial comercial de produção volumétrica de material lenhoso.*
- II - A extração de lenha em regime individual ou familiar para o consumo doméstico.*
- III - A limpeza de área ou roçada.*
- IV - A construção de barragens de retenção de águas pluviais para controle da erosão, melhoria da infiltração das águas no solo, abastecimento humano e dessedentação de animais em áreas de pastagem, desde que não esteja situada em área especialmente protegida e nem impliquem em supressão de vegetação nativa.*
- V - O aproveitamento de árvores mortas, decorrentes de processos naturais, para utilização no próprio imóvel.*



VI - A realização de podas, que não acarretem a morte do indivíduo, bem como a realização de picadas, destinadas à manutenção de estradas e à realização de levantamentos científicos e topográficos.

VII - A instalação e manutenção de acessos em áreas de preservação permanente para captação de água e lançamento de efluentes tratados que não impliquem na supressão de vegetação nativa, desde que a utilização dos recursos hídricos esteja devidamente regularizada.

VIII - A instalação em áreas de preservação permanente de sistemas de dissipadores de energia para lançamento de água pluvial, adutoras de água, coletores, interceptores, emissários e elevatórias de esgoto doméstico que não impliquem na supressão de vegetação nativa, desde que a utilização dos recursos hídricos esteja devidamente regularizada.

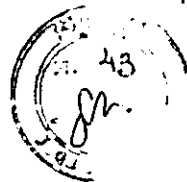
IX - A coleta de folhas, flores, frutos, sementes, partes de plantas, arbóreas ou não, e demais produtos não madeireiros, ressalvados os casos em que haja proteção legal da espécie, desde que cumpram as práticas descritas nos termos de referência a serem disponibilizados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad.

X - A realização temporária de sondagem geotécnica e a caracterização do solo em áreas de preservação permanente, sem supressão de vegetação nativa, para obras essenciais de infraestrutura destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento, abastecimento público, energia, contenção de enchentes e encostas.

XI - A recuperação de áreas degradadas e o plantio de espécies nativas com a finalidade de promover a recuperação de APP, respeitadas as obrigações anteriormente acordadas, se existentes, e as normas e requisitos técnicos aplicáveis.

Desta forma, deveria o agente fiscalizador comprovar que a suposta intervenção relatada no AI ocorreu no limite superior ao estabelecido naquela portaria, o que desde já se rechaça.

Ademais o próprio agente relata que a vegetação é formada por "floresta em estágio inicial de regeneração", o que urge declinar que tal vegetação tem possibilidade de ser formada por área antropizada composta por pastagem com capoeira ou vulgarmente denominada de "pastagem suja", com baixo rendimento lenhoso e passível de intervenção sem autorização de órgão ambiental competente conforme a Resolução Conjunta SEMAD/IEF 1.905/2013.



Nos mesmos termos é a Lei 20.922/2013, uma vez que tratava-se de limpeza de área ou roçada, o que pode ser comprovado por imagens de satélite das vegetações remanescentes.

Vale citar o art. 65 da referida Lei:

*Art. 65. Ficam dispensadas de autorização do órgão ambiental as seguintes intervenções sobre a cobertura vegetal:*

*[...]*

*III - a limpeza de área ou roçada, conforme regulamento;*

Não bastasse a inexistência de Perícia, no caso em tela, consoante amplamente demonstrado em sede de preliminar e defesa, o que por si só é causa de nulidade do ato administrativo ora combatido, urge declinar também, que a avaliação florestal da área atingida fora feita de modo irregular e distante da realidade fática, eis que consta no Auto de infração, que a suposta área desmatada teria sido de 5,5 hectares de formação florestal, vegetação nativa, área comum sem autorização do órgão ambiental competente, sendo que o local resume-se a um pasto sujo sem rendimento lenhoso.

### **3.2 – Das propostas de medidas mitigadoras do impacto ambiental de compensação dos valores arbitrados em benefícios ao meio ambiente no território do Estado**

Em matéria ambiental, fixa-se que o espírito da lei traduz antes da ideia de punição/repressão, o objetivo de preservação e conscientização da sociedade acerca da defesa do meio ambiente equilibrado. Neste sentido, a intenção mais do que punir de forma objetiva, é que a punição perpassasse por implementação de melhorias ao meio ambiente.

Assim, em remota hipótese de não ser acatada a presente defesa, o que se admite apenas a título de argumentação, frisa-se a possibilidade de determinação da inexigibilidade da multa mediante assinatura Termo de Compromisso para Conversão de Multa – TCCM, pelo qual o autuado, desde já, compromete-se, a realizar a compensação florestal.

Tal possibilidade encontra guarida nos termos do art. 114, do Decreto 47.383/2018, *in verbis*:



*Art. 114. A autoridade competente poderá converter o valor da multa simples aplicada em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, através de celebração do Termo de Compromisso para Conversão de Multa – TCCM –, a requerimento do interessado, devendo ser apresentado quando da interposição de defesa administrativa.*

(...)

Ao confirmar tal pretensão, estar-se-ia concedendo a possibilidade ao Requerente para reparar o eventual dano ambiental que tenha cometido, mesmo que de forma indireta, o que se amolda às exigências da legislação afeta à defesa do meio ambiente.

Assim, como defesa indireta, requer que seja considerada a possibilidade de firmamento de Termo de Compromisso para Conversão de Multa – TCCM para fins de suspensão da sanção pecuniária aplicada e ao final sua compensação.

Ante ao exposto, requer, *ad cautelam*, a possibilidade de firmamento de termo de compromisso bem como consideração da proposta de aumento da Reserva Florestal Legal da propriedade rural, para fins de suspensão e compensação da integralidade da sanção pecuniária efetivamente aplicada após consideração das teses de defesa já apresentadas nessa peça contestatória.

Estes os motivos pelos quais levam o recorrente aos doutos e preclaros Julgadores, esta concludente exposição, sem nada omitir ou acrescentar em detrimento da verdade ou que, eventualmente, venha obnubilar os fatos, assim como a evidência, vênia permissa, de não haver liquidez e certeza necessárias ao Auto de Infração em tela, impondo-se a declaração de sua nulidade.



### 3- DA CONCLUSÃO E PEDIDOS

Diante o exposto, espera e requer seja acolhida a presente defesa, acatando-se a preliminar de nulidade suscitada, com fim de cancelar e arquivar o Auto de Infração e Auto de Fiscalização ora combatidos e, se caso ao mérito chegarmos, que sejam revistos os critérios de aplicação da multa imposta ao requerente, obedecendo-se o que determina a legislação aplicável à espécie, aplicando-se uma multa minorada ou conversão mediante celebração do Termo de Compromisso para Conversão de Multa – TCCM, nos exatos termos do Decreto 47.383/2018.

Termos em que  
Pede deferimento.

Ibirapuã/BA, 08 de Abril de 2018.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DAS CIDADES  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
 CARTILHA NACIONAL DE VEICULOS

**NOME**  
 LUTZ VIANA RODRIGUES JUNIOR

**DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR**  
 M529149 SSP MG

**CPF**  
 348.143.966-00

**DATA NASCIMENTO**  
 29/01/1959

**FUNÇÃO**  
 LUTZ VIANA RODRIGUES  
 MARIA AUXILIADORA  
 FRANCO RODRIGUES

**ITENSÃO**  
 00493395470

**ACC**  
 00208

**CAVAL**  
 B

**VALIDADE**  
 05/12/2023

**1ª HABILITAÇÃO**  
 23/04/1977

**OBSERVAÇÕES**

**ASSINATURA DO PORTADOR**

**LOCAL**  
 MANUQUE, MG

**DATA EMISSÃO**  
 08/12/2018

**ASSINATURA DO EMISSOR**  
 Alexandre Amaro da Mota  
 Diretor DETRAN/MG

**03458824561**  
**MG546255132**

**MINAS GERAIS**

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
 1670152285

PROIBIDO PLASTIFICAR  
 1670152285





REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-529-149 DATA DE EXPEDIÇÃO 19/08/2010

NOME LUTZ VIANA RODRIGUES JUNIOR

FILIAÇÃO LUTZ VIANA RODRIGUES  
MARIA AUXILIADORA DE RODRIGUES

NATURALIDADE NANUQUE-MG DATA DE NASCIMENTO 29/1/1959

DOC ORIGEM CAS LV-2 FE-39

NANUQUE-MG

348143966-00

PTI-2141 LETICIA ALESS MACHADO ROGÉDO  
ASSINATURA DO DIRETOR

3. VIA

LEI N° 7.118 DE 29/08/83





# NOTA FISCAL / FATURA DE SERVIÇOS

Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Rua Mar de Espanha, 525 - Santo Antônio - Belo Horizonte - MG - CEP: 30.330-900

CNPJ: 17.294.708/0001-03 - Inscrição Estadual: 062.000139.00-14

AGÊNCIA  
LAIS  
PRÓXIMA

AV. NUCLEI 1179  
CENTRO

UF: MG

12 35 040 Pag: 1/1

218 COIR E

COPASA 115

LUTZ VIANA RODRIGUES JUNIOR  
R FORTALEZA, 572  
CENTRO  
NANUQUE

39.860.000  
MG

REFERÊNCIA DA FATURA				
Número	Data de Emissão	Data de Apresentação	Mês de Referência	Grupo

001 19 2435961-6 29/04/2019 29/04/2019 05/2019 051

QUANTIDADE DE UNIDADES ATENDIDAS

Serviço: Especial Residencial Comercial Industrial Pública

Água Esgoto 1

HIDRÔMETRO (PERÍODO CONSUMO/LEITURA)

Atual Anterior

401L 0416247 29/04/2019 28/03/2019 29/05/2019

HISTÓRICO DE CONSUMO

	Volume Faturado Litros	Dias entre medições	Média Diária Litros
Mar/2019	62.000	32	1.937
Abr/2019	36.000	30	1.200
Mar/2019	45.000	28	1.551
Fev/2019	42.000	31	1.354
Jan/2019	72.000	30	2.400
Dez/2018	46.000	33	1.393
Nov/2018	51.000	29	1.758
Out/2018	45.000	30	1.500
Set/2018	34.000	29	1.172
Ago/2018	43.000	31	1.387
Jul/2018	49.000	30	1.633
Jun/2018	50.000	33	1.515

MATRÍCULA

0 000 830 371 1

IDENTIFICADOR USUÁRIO

0 001 782 052 4

CONSUMO FATURADO

Dias m³ Litros

32 62 62000

CONSUMO MÉDIO

m³ Litros

44

SEU CONSUMO/CUSTO DIÁRIO

1937 Litros de água

Água Esgoto

RS 18,78 RS 7,02

## TARIFA

CÁLCULO RESIDENCIAL									
Faixa de consumo em 1.000 litros	Consumo da tarifa em 1.000 litros	Unidades Atendidas	Volume Total	RS / M³ Litros Água	Valor Água RS	RS / M³ Litros Esgoto	Valor Esgoto RS	Sub Total RS	
FIXA	--	1	--	--	15,97	--	6,03	22,00	
0 A 5	5,00000	1	5,00	1,12000	5,60	0,04200	2,10	7,70	
5 A 10	5,00000	1	5,00	3,16500	15,82	0,11920	5,96	21,78	
10 A 15	5,00000	1	5,00	6,53800	32,55	0,24570	12,29	44,84	
15 A 20	5,00000	1	5,00	7,89500	39,47	0,29620	14,81	54,28	
20 A 40	20,00000	1	20,00	8,87900	177,58	0,32970	65,94	243,52	
40 A 99999999	0,00000	1	22,00	14,26700	313,87	0,53350	117,37	431,24	
TOTAL	62,00000		62,00		600,06		224,50	824,56	

## DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS / LANÇAMENTOS

ABASTECIMENTO DE AGUA	600,87
ESGOTO DINAMICO COM COLETA - EDC	224,50
MUDANCA PADRAO 001 002	137,82

TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE O FATURAMENTO: PIS/COFINS - VALOR: R\$ 64,47

DEBITO AUTOMÁTICO  
FATURA VENCIDA EM 18/04/2019 - LIQUIDADA

VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
19/05/2019	*****R\$963,19

## INFORMAÇÕES GERAIS

USO ATÍPICO DE AGUA, CONFORME RESOLUÇÃO 40 ARSAE-MG.

IMPORTANTE: CONFORME LEI 12.007/09, A COPASA DECLARA QUITADOS OS DEBITOS DO USUARIO DESTA IMÓVEL NO ANO DE 2018, ISENTANDO DE MAIS COMPROVAÇÕES PARA O ANO CITADO APÓS MAIO AMARELO: NO TRANSITO, O SENTIDO EM A VIDA!

INFORMAÇÕES SOBRE A QUALIDADE DA ÁGUA (Poder de Consolidação nº 5 - Anexo XX do MS - Decreto nº 5412/1)

Período: 03/2019	Claro	Coliformes Totais	Cor	Escherichia coli	Floculato (*)	Turbidez
M. Mínimo	45	45	10	45	0	45
A. Analisadas	59	46	10	48	10	59
F. Fora Padrões	6	0	0	0	1	0
D. Dentro Padrões	53	46	10	48	9	59

Observações: Não compareceu  
Significado dos parâmetros: ver verso

Em caso de ordem de pagamento, mencionar o número desta fatura.  
COPASA AUTOMÁTICO





**bradesco**  
Internet Banking

## Comprovante de Transação Bancária

Outros Tributos (Via Código de Barras)

Data: 11/06/2019

Nº de controle: 379.464.729.646.50 | Autenticação bancária: 009.593.248

Conta de débito: Agência: 396 | Conta: 241388-4 | Tipo: Conta-Corrente

Nome: LUTZ VIANA RODRIGUES JUNIOR

Código de barras: 85660000002-5 83860213191-7 23112520090-8 28464450137-1

Empresa / Órgão: MG-SEFAZ/DAE

Descrição: TRIBUTO/TAXAS

REFERENCIA: 2846445

Banco: 237-2 Bradesco

Data do vencimento: 31/12/2019

Valor principal: R\$ 283,86

Desconto: R\$ 0,00

Multa: R\$ 0,00

Juros: R\$ 0,00

Valor do pagamento: R\$ 283,86

Data de débito: 11/06/2019

A transação acima foi realizada por meio do(a) Bradesco Internet Banking.

### Autenticação

g1rlWxsS jKXjqEgM f8y9t8zo xtZ9qzWo h@GcxWze 4p9IO27o \*4RJhqz4 46hsxqnD  
93fhQ101 TY\*xWjd5 DgAHR#U# nJwKR7ho kzqCSGUx JZ7V8hbu ckoexEv3 A#Dn9SkF  
BBuqZHMx Plv?XfDG ?WwwXDub wIEsnvHK qm@91AGw ZfINbQAJ 53380993 38486819

### Fone Fácil Bradesco

Capitais e Regiões Metropolitanas 4002 0022  
Demais Regiões 0800 570 0022

Consulta de saldo, extrato, transações financeiras e de cartão de crédito.  
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana

SAC - Alô Bradesco  
0800 704 8383

SAC - Deficiência Auditiva ou de Fala  
0800 722 0099

Cancelamento, reclamação, informação, sugestão e elogio.  
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana.

Ouvidoria 0800 727 9933

Atendimento de segunda a sexta-feira das 8h às 18h, exceto feriados.

Demais telefones consulte o site Fale Conosco

50  
dm



SECRETARIA DE ESTADO DE  
FAZENDA DE MINAS GERAIS

**DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO ESTADUAL -**

Nome:

LUTZ VIANA RODRIGUES JUNIOR

Endereço:

Município:

NANUQUE

UF:

MG

Telefone

Validade

31/12/2019

TIPO DE IDENTIFICAÇÃO

1 - INSCRIÇÃO ESTADUAL  
2 - INSCRIÇÃO DE PRODUTOR RURAL  
3 - CNPJ

4 - CPF  
5 - OUTROS  
6 - RENAVAM

Tipo

4

Número Identificação

348.143.966-00

Código Município

443

Mês Ano de Referência

31 a 31/12/2019

Nº Documento (autuação, dívida ativa e parcelamento)

5200902846445

Histórico:

Órgão: SECRETARIA ESTADO MEIO AMBIENTE E

Serviço: ANALISE RECURSO INTERPOSTO - AUTO DE INFRAÇÃO

Receita

1081-9 TAXA EXPEDIENTE - SEMAD

Valor

283,86

TOTAL

283,86

Informações Complementares:

REFERENTE AO AUTO DE INFRAÇÃO 83188/2018, B.O. 200.212, OFÍCIO NAI/DRCP/SEMAD:602/2019



Em caso de dúvida quanto ao DAE procure a(o) SECRETARIA ESTADO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

Pague nos bancos: BRADESCO - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MERCANTIL DO BRASIL - SANTANDER - SICOOB

Pague também nos correspondentes bancários: Agências Lotéricas; MaisBB e Banco Postal

Sr. Caixa, este documento deve ser recebido exclusivamente pela leitura do código de barras ou linha digital.

Linha Digital: 85660000002 5 83860213191 7 23112520090 8 28464450137 1

Autenticação

TOTAL

R\$

283,86

DAE MOD.06.01.11

85660000002 5 83860213191 7 23112520090 8 28464450137 1



SECRETARIA DE ESTADO DE  
FAZENDA DE MINAS GERAIS

**DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO ESTADUAL -**

Nome:

LUTZ VIANA RODRIGUES JUNIOR

Endereço:

Município:

NANUQUE

UF:

MG

Telefone

Validade

31/12/2019

TIPO DE IDENTIFICAÇÃO

1 - INSCRIÇÃO ESTADUAL  
2 - INSCRIÇÃO DE PRODUTOR RURAL  
3 - CNPJ

4 - CPF  
5 - OUTROS  
6 - RENAVAM

Tipo

4

Número Identificação

348.143.966-00

Código Município

443

Número do Documento

5200902846445

Receita

R\$

283,86

Multa

R\$

Juros

R\$

TOTAL

R\$

283,86

DAE MOD.06.01.11



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD

Sistema Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SISEMA

Superintendência Regional de Meio Ambiente Jequitinhonha - SUPRAM JEQ

REF: DECISÃO ADMINISTRATIVA (JULGAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO)

OFÍCIO NAI/DRCP/SEMAD: 602/2019

Diamantina, 13 de Maio de 2019

Auto de Infração nº: 83188/2018

Processo nº: 523845/18

A Superintendência Regional Jequitinhonha, pertencente à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD), tendo em vista o Controle de Auto de Infração, examinou o Processo Administrativo em epígrafe, instaurado em desfavor do Sr. Luiz Viana Rodrigues Junior, em decorrência da lavratura do Auto de Infração referenciado e decidiu após análise de Defesa Administrativa apresentada:

- Não acatar os argumentos apresentados na defesa administrativa face a ausência de fundamentos técnicos e jurídicos capazes de descaracterizar o respectivo Auto de Infração;
- Manter a penalidade de multa simples no valor de R\$ 52.022,40 (cinquenta e dois mil com vinte e dois reais e quarenta centavos) mais juros incidentes desde a data da constituição do débito;
- Manter a penalidade de suspensão das atividades;
- Manter a penalidade de apreensão de 255,28 (duzentos e cinquenta e cinco vírgula vinte e oito) m³ de lenha nativa, determinando o seu perdimento, nos termos do nos termos do art. 65 do Decreto nº 47.383/2018, e consequentemente o perdimento de tais bens, nos termos do §2º do art. 94 do mesmo decreto, ratificando eventual destinação sumária dos bens;
- Realizar cobrança de Reposição Florestal no valor atualizado de R\$ 7.903,47 (sete mil novecentos e três reais com quarenta e sete centavos), nos termos da Lei Estadual nº 20.922/2013;

Desta forma, V. Sa. dispõe do prazo de 30 (trinta) dias para quitação da dívida através do(s) Documento(s) de Arrecadação Estadual-DAE anexo ou para apresentação de recurso que deve ser direcionado a este Setor (Núcleo de Autos de Infração, Avenida da Saudade, 335 – Centro – Diamantina/MG, CEP: 39.100-000).

Atenção: Cientificamos ainda que valores de multa igual ou superior a 1.661 Ufems devem prover o recolhimento integral da taxa de expediente prevista no item 7.30 da tabela A, a que se refere o art. 92 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, tomando pré-requisito para que o Recurso Administrativo seja conhecida conforme art. 68 do Decreto 47.383/2018.

Informamos também, que o débito ora apresentado não representa a inexistência de outros débitos.



SUPRAM JEQ

Avenida da Saudade, nº 335 – Centro –  
Diamantina/MG

CEP: 39.100-000 – Tel.: (38) 3532-6650

DATA 08/05/2019

Página 1/2



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD  
Sistema Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SISEMA  
Superintendência Regional de Meio Ambiente Jequitinhonha - SUPRAM JEQ

Para efeito de informação, o valor base da multa é calculado seguindo os valores vigentes da UFEMG do ano vigente, no caso 2018. O valor final da multa é constituído pelo valor base do auto de infração somado aos juros perpetuados no tempo contado desde o 21º dia da notificação até a data de emissão do DAE.

Maiores esclarecimentos que se fizerem necessário favor entrar em contato pelo telefone: (38) 3532-6665.

Atenciosamente,

  
Danilo I Silva  
Gestor Ambiental  
MASSA  
Supram  
Danilo I Silva - Gestor Ambiental  
NAl Jequitinhonha

Luiz Viana Rodrigues Junior  
Rua Fortaleza, 572 - Centro  
Nanuque/MG - CEP: 39.860-000





SECRETARIA DE ESTADO DE  
FAZENDA DE MINAS GERAIS

DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO ESTADUAL - DAE

NOME  
Lutz Viana Rodrigues Junior

ENDEREÇO  
RUA Lomanto Junio, S/n

MUNICÍPIO  
IBIRAPUA

UF  
BA

TELEFONE

DATA DE VALIDADE  
14/06/2019

TIPO DE IDENTIFICAÇÃO

1 - INSCR. ESTADUAL 4 - CPF  
2 - INSCR. PROD. RURAL 5 - OUTROS  
3 - CNPJ 6 - RENAVAM

TIPO

4

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO

348.143.966-00

CÓDIGO MUNICÍPIO EM MG (PARA PRODUTOR RURAL E NÃO INSCRITO)

MÊS/ANO DE REFERÊNCIA

2018

Nº DOCUMENTO

1300443068714

HISTÓRICO

Auto de Infração nº 83188- Serie 2018- processo número : 523845/18

DAE 01/01

Valor do DAE 55.501,86

Valor do Juros 0,00

Valor da Multa 0,00

Valor da taxa 0,00

Valor Final TOTAL 55.501,86

Sr. Caixa, este documento deve ser recebido exclusivamente pela leitura do código de barras ou linha digitável.  
Linha digitável do código de barras: 856300005555 5 01860213190 8 61412130044 4 30687140210 4

AUTENTICAÇÃO

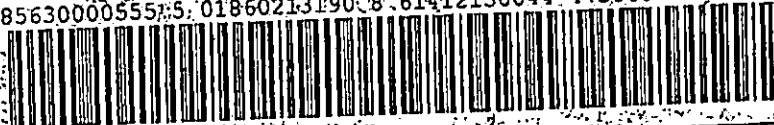
TOTAL

RS

55.501,86

MOD. 06.01.11

856300005555 5 01860213190 8 61412130044 4 30687140210 4



SECRETARIA DE ESTADO DE  
FAZENDA DE MINAS GERAIS

DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO ESTADUAL - DAE

NOME  
Lutz Viana Rodrigues Junior

ENDEREÇO  
RUA Lomanto Junio, S/n

MUNICÍPIO  
IBIRAPUA

UF  
BA

TELEFONE

DATA DE VALIDADE  
14/06/2019

TIPO DE IDENTIFICAÇÃO

1 - INSCR. ESTADUAL 4 - CPF  
2 - INSCR. PROD. RURAL 5 - OUTROS  
3 - CNPJ 6 - RENAVAM

TIPO

4

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO

348.143.966-00

CÓDIGO MUNICÍPIO EM MG (PARA PRODUTOR RURAL E NÃO INSCRITO)

NÚMERO DO DAE

1300443068714

VALOR

RS

ACRÉSCIMOS

RS

JUROS

RS

TOTAL

RS

55.501,86

AUTENTICAÇÃO

MOD. 06.01.11







SECRETARIA DE ESTADO DE  
FAZENDA DE MINAS GERAIS

DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO ESTADUAL - DAE

NOME  
Lutz Viana Rodrigues Junior

ENDEREÇO  
RUA Lomanto Junio, S/n

MUNICÍPIO  
IBIRAPUA

UF  
BA

TELEFONE

DATA DE VALIDADE  
14/06/2019

TIPO DE IDENTIFICAÇÃO

1 - INSCR. ESTADUAL 4 - CPF  
2 - INSCR. PROD. RURAL 5 - OUTROS  
3 - CNPJ 6 - RENAVAM

TIPO  
4

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO

348.143.966-00

CÓDIGO MUNICÍPIO EM MG (PARA PRODUTOR RURAL E NÃO INSCRITO)

MÊS/ANO DE REFERÊNCIA  
2018

Nº DOCUMENTO  
1500406777037

HISTÓRICO

Reposição FLORESTAL, conforme Auto de Infração nº 83188- Serie 2018, processo número 523845/18

DAE 01/01  
Ano da UFEMG 2019  
Valor Lenha 382,92  
Valor da Arvore 5,16  
Valor do DAE 7.903,47  
Valor do Juros 0,00  
Valor da Multa 0,00  
Valor da taxa 0,00  
Valor Final TOTAL 7.903,47

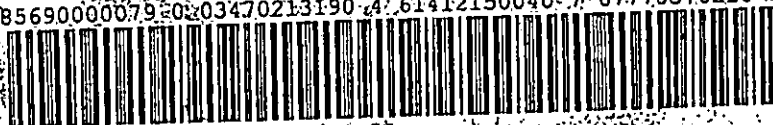
Sr. Caixa, este documento deve ser recebido exclusivamente pela leitura do código de barras ou linha digitável.  
Linha digitável do código de barras: 85690000079 0-03470213190 4-61412150040 7-67770370210 5

AUTENTICAÇÃO

TOTAL R\$

MOD. 06/01.11

85690000079 0-03470213190 4-61412150040 7-67770370210 5



SECRETARIA DE ESTADO DE  
FAZENDA DE MINAS GERAIS

DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO ESTADUAL - DAE

NOME  
Lutz Viana Rodrigues Junior

ENDEREÇO  
RUA Lomanto Junio, S/n

MUNICÍPIO  
IBIRAPUA

UF  
BA

TELEFONE

DATA DE VALIDADE  
14/06/2019

TIPO DE IDENTIFICAÇÃO

1 - INSCR. ESTADUAL 4 - CPF  
2 - INSCR. PROD. RURAL 5 - OUTROS  
3 - CNPJ 6 - RENAVAM

TIPO  
4

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO

348.143.966-00

CÓDIGO MUNICÍPIO EM MG (PARA PRODUTOR RURAL E NÃO INSCRITO)

NÚMERO DO DAE  
1500406777037

VALOR

RS

ACRÉSCIMOS

RS

JUROS

RS

TOTAL

MOD. 06/01.11

55





**PARECER ÚNICO**

Parecer Único nº 304 /2019	
Auto de Infração: 83188/2018	PA COPAM: 523845/18
Embasamento Legal: artigo 112, anexo III, código 301, alínea "a" Decreto 47.383/18.	

Autuado: Lutz Viana Rodrigues Júnior	CNPJ/CPF: 348.143.966-00
Município: Joaima/MG	Zona: Rural
Data: 20/03/2018	

**EMENTA: DESMATAR 31,91 HA (TRINTA E UM VÍRGULA NOVENTA E UM HECTARES) DE VEGETAÇÃO DE ESPÉCIES NATIVAS, EM ÁREA COMUM, SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE.**

**I - Relatório:**

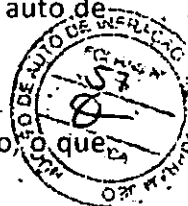
Trata-se de processo administrativo instaurado a partir da lavratura do Auto de Infração n.º 83188/2018, em desfavor do autuado, Luiz Viana Rodrigues Júnior, por desmatar 31,91 ha de vegetação de espécies nativas, em área comum, sem autorização do órgão competente.

O referido Auto de Infração foi lavrado com fundamento no artigo 112, anexo III, código 301, Decreto 47.383/18.

Pela prática da infração supramencionada foi aplicada a penalidade de multa simples no valor total de R\$ 16.000 UFEMGS (dezesesseis mil UFEMGS).

Inconformado com a decisão proferida pelo Diretor de Controle Processual em 13/05/2019, o autuado apresentou recurso administrativo tempestivo alegando:

- ✓ Que não houve aplicação de metodologia científica ou rotina técnica capaz de garantir corretamente a aferição de dados e informações, como a caracterização do estágio vegetacional e tamanho da área intervinda, razão pela qual o auto de infração se torna insustentável;
- ✓ Não foram constatadas circunstâncias agravantes ou atenuantes do caso, o que resulta em nulidade do auto de infração;
- ✓ Alega o autuado que a intervenção foi realizada para limpeza de pasto frente às espécies invasoras, e que o auto de infração foi lavrado sem qualquer laudo





técnico elaborado por profissional devidamente habilitado que prove o contrário;

- ✓ Que em razão de não ter havido a verificação da reincidência ou não do autuado, a multa aplicada deveria ser fixada em seu valor mínimo;
- ✓ Que a razão de cálculo realizada para aferir o valor do material lenhoso foi equivocada. Além disso, aduz que a tutela do material lenhoso apreendido deve-se ao Estado e não ao autuado, conforme previsão legal;
- ✓ Requer a adequação da multa imposta, levando em consideração as diversas atenuantes presentes no caso;

É o relatório.

#### 1. Fundamentação:

Os argumentos apresentados no recurso são desprovidos de quaisquer fundamentos técnicos ou jurídicos capazes de descaracterizar o Auto de Infração em questão. Não obstante, consideramos oportuno tecer as seguintes considerações:

##### 1.1. Da Ausência de Perícia Técnica

O recorrente se equivoca ao afirmar que o auto de infração se torna insustentável em razão de que não houve aplicação de metodologia científica ou rotina técnica capaz de garantir corretamente a aferição de dados e informações, como a caracterização do estágio vegetacional e tamanho da área intervinda, senão vejamos.

O Decreto Estadual nº 47.383/20018, que estabelece os procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades no Estado de Minas Gerais, não prevê, além da vistoria *in loco*, a necessidade de realização de qualquer outro exame técnico para a constatação de infrações ambientais, sendo as mesmas verificadas durante a fiscalização no empreendimento e devidamente relatadas em Boletim de Ocorrência específico. Vejamos:

*Art. 56 – Verificada a ocorrência de infração à legislação ambiental ou de recursos hídricos, será lavrado auto de infração.(...).*

Neste sentido, também estabelece o art. 61, do atual Decreto Estadual nº 47.383/2018:

*Art. 61 – A lavratura de auto de infração dispensa a realização de perícia pelo órgão ambiental, cabendo o ônus da prova ao autuado.*



Governo do Estado de Minas Gerais  
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Superintendência Regional de Meio Ambiente – Jequitinhonha  
Diretoria Regional de Controle Processual  
Núcleo de Autos de Infração

Portanto, a ausência de perícia técnica não é apta a eximir o recorrente das penalidades ora aplicadas, por falta de embasamento para tanto, sendo certo que o empreendimento foi fiscalizado pela equipe da Polícia Militar de Minas Gerais, que verificou, *in loco*, todas as questões ambientais inerentes ao empreendimento.

A vista disso, cumpre destacar que, dentre os Princípios da Administração Pública, está elencado o da Presunção de Legitimidade, segundo o qual todo ato emanado da Administração Pública encontra-se inseparavelmente ligado a Lei, que lhe dá suporte de validade. Como é sabido, a presunção de legitimidade ostenta a prerrogativa *iuris tantum* de fazer prevalecer a sua pretensão até prova em contrário, pois se supõe legais e verdadeiros os fatos alegados pela Administração Pública na execução de suas atividades administrativas.

Por se tratar de presunção relativa de legitimidade e, por conseguinte, admitir prova em contrário, o efeito prático de tal presunção é o de inverter o ônus da prova. Assim, o ônus de provar que não praticou a infração verificada, constatada pelo órgão ambiental, compete ao Autuado.

Nesse diapasão, trazemos à baila o seguinte ensinamento do renomado doutrinador e administrativista Edis Milare:

*Em virtude desse atributo, o ônus da prova é carregado ao suposto infrator, a quem incumbe desconstituir o auto de infração, demonstrando estarem ausentes os pressupostos jurídicos da responsabilidade administrativa. (MILARÉ, Edis. Direito do Ambiente. Doutrina-Jurisprudência-Glossário - 3ª edição revista. São Paulo: RT, 2004. Pág., 697.)*

Assim, temos que a perícia requerida pelo autuado, na realidade, deveria ter sido elaborada por profissional habilitado contratado pelo próprio autuado e apresentada por ocasião da defesa, uma vez que compete a este provar que não existiram os fatos relatados no Boletim de Ocorrência, e, no Auto de Infração em análise.

#### 1.2. Da não Verificação *in loco* das Atenuantes, Agravantes e Reincidência

Alega o recorrente que não foram constatadas circunstâncias agravantes ou atenuantes do caso, o que resulta em nulidade do auto de infração.

Diante disso, mister salientar que todas as circunstâncias constantes no art. 85 do Decreto 47.383/18 foram observadas durante a realização da fiscalização e na lavratura do respectivo



R



Auto de Infração, não existindo qualquer comando legal que determine que as mesmas sejam consignadas expressamente no Auto de Infração em apreço.

Segundo estabelecido no aludido Decreto, as circunstâncias mencionadas na defesa tratam de critérios que devem ser observados durante a realização da fiscalização e na lavratura do respectivo Auto de Infração, na forma definida naquela norma legal. Veja-se:

*Art. 56 – Verificada a ocorrência de infração à legislação ambiental ou de recursos hídricos, será lavrado auto de infração, devendo o instrumento conter, no mínimo:*

*VI – circunstâncias agravantes e atenuantes, se houver;*

Deste modo, se não consta no Auto de Infração as atenuantes e agravantes, significa que durante o ato fiscalizatório não foram constatadas situações que merecessem tal benefício. Assim, o ato administrativo é perfeitamente válido, não havendo, portanto, que se falar em nulidade do AI.

Por outro lado, pelo princípio da ampla defesa e do contraditório, cabe ao recorrente em tese de defesa apresentar elementos probatórios contundentes aptos a comprovar as circunstâncias capazes de atenuar a penalidade imposta, o que não foi feito no caso em tela. Deste modo, o pedido de adequação da multa imposta pleiteado pelo requerente sob o argumento que não foi levado em consideração “as diversas atenuantes presentes no caso” não subsiste, razão pela qual não assiste ao autuado.

Quanto à menção sobre a não verificação da reincidência do autuado, consta expressamente no campo 10 do Auto de Infração que não foi possível verificar, razão pela qual o valor da multa foi estabelecido considerando o valor mínimo previsto para o tipo de infração, o porte do empreendimento e a ausência de reincidência, nos termos do art. 83, inciso I do decreto estadual nº 47.383/20018 e conforme a Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 2349/ 2016.

### 1.3. Da Alegação de Limpeza de Área

Alega o autuado que a intervenção foi realizada para limpeza de pasto frente às espécies invasoras e que os cálculos utilizados para atribuir o volume do material lenhoso encontrado está equivocado.

Em tal caso, ressalta-se que a Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 1905/2013 deixa claro em seu artigo 2º, inciso VIII, que limpeza de área ou roçada se trata de “prática da qual são retiradas espécies de vegetação arbustiva e herbácea, predominantemente invasoras, com rendimento lenhoso até o limite de 8 st/ha/ano em áreas de incidência de Mata Atlântica e 18



st/ha/ano para os demais biomas, e que não implique na alteração do uso do solo” (grifo nosso).

Pelas fotos anexadas ao B.O de nº 2016-0100199, percebe-se claramente que houve supressão de vegetação nativa pelo material lenhoso apreendido, o que não condiz com a alegação de tratar-se apenas de espécies arbustivas e herbáceas, conforme tenta fazer parecer a defesa.

Nesta toada, em consulta a plataforma Google Earth (doc.anexo), em que pese não ser possível visualizar a área após a ação do autuado, constata-se a presença de formação florestal anterior à intervenção, o que demonstra a ocorrência de desmate no local.

Ademais, o autuado, por ocasião da defesa, não apresentou qualquer prova de que a supressão de vegetação se tratava apenas de limpeza de área, nos termos do § 2º, do art. 34, do Decreto Estadual nº 44.844/2008

Assim, as alegações trazidas pela defesa não são aptas a descaracterizar o presente Auto de Infração.

#### 1.4. Da Nomeação do Depositário Fiel

Aduz o recorrente, em tese de recurso, que a tutela do material lenhoso apreendido deve-se ao Estado e não ao autuado, conforme previsão legal.

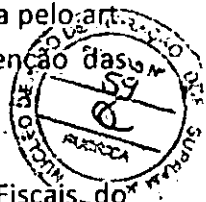
Neste caso, impende ressaltar que o autuado foi devidamente cientificado quanto à sua nomeação de depositário fiel no ato da lavratura do auto de infração, conforme pode ser observado através da assinatura do autuado no campo 14 do Auto de Infração nº 83188/2018.

Portanto, em que pese à irrisignação do autuado, o mesmo anuiu em manter sob sua guarda o material lenhoso apreendido. Assim, a tutela sob o material apreendido trespassou do Estado para o autuado, razão em que não assiste ao recorrente.

#### III - Conclusão:

Por todo exposto, entende-se que o Recorrente não apresentou nos autos do presente processo fatos ou documentos contrários à decisão proferida pela Superintende Regional Jequitinhonha, razão pela qual remetemos os autos do presente para apreciação da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha – URC Jeq., nos termos da competência estabelecida pelo art. 54, § único, inciso III do Decreto Estadual nº 47.042 de 2016, sugerindo a manutenção das penalidades aplicadas no auto de infração, sendo elas:

- Multa simples no valor de 16.000 UFEMGS (dezesseis mil Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais), ou seja, R\$ 52.022,40 (cinquenta e dois mil e vinte e dois



R



Governo do Estado de Minas Gerais  
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Superintendência Regional de Meio Ambiente – Jequitinhonha  
Diretoria Regional de Controle Processual  
Núcleo de Autos de Infração


reais e quarenta centavos), conforme Resolução SEFAZ 5.073/17, que divulga o valor da unidade fiscal de Minas Gerais para o ano de 2018;

- Manutenção da penalidade de suspensão das atividades no local;
- Manutenção da apreensão do material lenhoso, que ficou no local da autuação sob a responsabilidade do autuado. Sobre o mesmo, deverá incidir a reposição florestal, nos termos exigidos pelo art. 78 da Lei Estadual 20.922/2013, que será cobrado pelo IEF nos termos do art. 127 do Decreto 47.383/18;


Após decisão administrativa definitiva da URC, o Empreendedor deverá ser notificado para recolher o valor da multa no prazo de 20 (vinte) dias, conforme estabelece o artigo 48 §1º do Dec. 44.844/08, sob pena de inscrição em dívida ativa.

É o parecer, s.m.j.

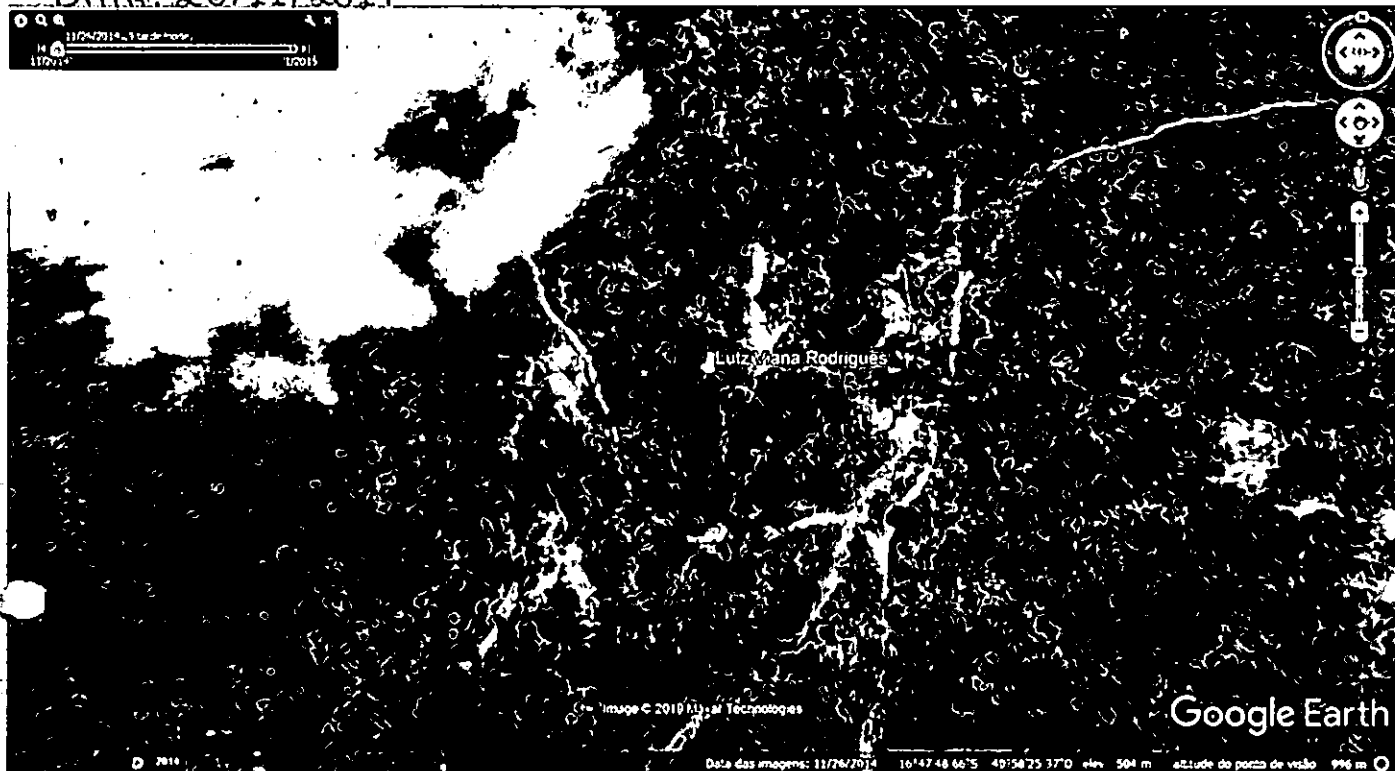
Diamantina, 01 de julho de 2019.

  
Rosane de Moraes

Núcleo de Autos de Infração do Jequitinhonha

  
Rubens Barros Campos Neto  
Estagiário de Direito

Data: 26/11/2014



Data: 17/04/2015

